Lisbon School of Economics & Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

MOTIVAÇÕES DO RETORNO VOLUNTÁRIO ASSISTIDO DE MIGRANTES: ANÁLISE DO CASO PORTUGUÊS COM FOCO NO PROGRAMA ARVORE DA OIM PORTUGAL (2021-2025)

MATILDE PEREIRA DA PEDREIRA

ORIENTAÇÃO:
PROFESSORA DOUTORA DANIELA MOURÃO CRAVEIRO

JULHO - 2026

Porque eu tive de vir para a

Europa fazer a vida

Luiz Ruffato, 2009

GLOSSÁRIO

AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo

NE – Teoria Neoclássica

NELM – Nova Economia da Migração Laboral

OIM – Organização Internacional para as Migrações

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo principal analisar o fenómeno do retorno voluntário assistido em Portugal. O estudo foca-se na compreensão das motivações e dos obstáculos práticos que conduzem os imigrantes a acionar o Programa ARVoRe, o qual é gerido pela Organização Internacional para as Migrações. Para concretizar este propósito, a investigação recorre a um desenho metodológico de natureza mista. A vertente quantitativa baseia-se no tratamento estatístico descritivo de dados administrativos referentes a 591 candidatos principais apoiados entre os anos de 2021 e 2025. Por seu turno, a vertente qualitativa explora as vivências e as perceções dos beneficiários através de testemunhos recolhidos em entrevistas semiestruturadas.

Os resultados da análise empírica sugerem que a interrupção dos projetos migratórios nesta amostra específica se encontra predominantemente associada às dificuldades de subsistência sentidas no país de acolhimento. Os dados recolhidos evidenciam três áreas centrais de constrangimentos práticos. Em primeiro plano surge a demora e a complexidade no processo de regularização documental. Simultaneamente, os dados quantitativos e os relatos apontam para obstáculos substanciais na inserção no mercado de trabalho formal, traduzidos em elevadas taxas de desemprego e subemprego. A estas dinâmicas junta-se a instabilidade habitacional e a consequente sobrecarga financeira sobre as famílias.

A caracterização realizada permite observar que o recurso ao apoio institucional atua, para este grupo populacional, essencialmente como uma via de resolução perante a impossibilidade material de manter um projeto de vida sustentável em território português. O programa funciona assim como um mecanismo de apoio fundamental, viabilizando o regresso ao país de proveniência de forma segura quando os recursos e as condições de permanência se esgotam.

PALAVRAS-CHAVE: imigração; emigração; retorno voluntário assistido; motivações; vulnerabilidades

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to analyse the phenomenon of assisted voluntary return in Portugal. The study focuses on understanding the motivations and practical obstacles that lead migrants to make use of the ARVoRe Programme, which is managed by the International Organisation for Migration. To achieve this aim, the research employs a mixed-methods design. The quantitative component is based on the descriptive statistical analysis of administrative data relating to 591 main applicants who received support between 2021 and 2025. The qualitative component, in turn, explores the experiences and perceptions of the beneficiaries through accounts gathered in semi-structured interviews.

The results of the empirical analysis suggest that the interruption of migration projects in this specific sample is predominantly associated with difficulties in making ends meet in the host country. The data collected highlight three key areas of practical constraints. Foremost among these are the delays and complexity involved in the process of regularising documentation. At the same time, both the quantitative data and the accounts point to substantial obstacles to integration into the formal labour market, reflected in high rates of unemployment and underemployment. Added to these dynamics are housing instability and the resulting financial strain on families.

The analysis carried out shows that, for this population group, recourse to institutional support essentially serves as a means of resolving the practical impossibility of maintaining a sustainable way of life in Portugal. The programme thus functions as a vital support mechanism, enabling a safe return to the country of origin when resources and the conditions for remaining in Portugal are exhausted.

KEYWORDS: immigration; emigration; assisted voluntary return; motivations; vulnerabilities

Lisbon School of Economics & Management
Universidade de Lisboa

ÍNDICE

Glossário iii

Resumo iv

Abstract v

Índice de Figuras 8

Índice de Tabelas 8

Agradecimentos 9

1. Introdução 10

2. Enquadramento teórico: o retorno como etapa migratória 11

2.1. Teorias da decisão migratória 11

2.2. Modelos analíticos de retorno e tipologias de retornados 15

2.3. Transnacionalismo e vulnerabilidade 18

3. Enquadramento institucional: o contexto português e o Programa ARVoRe 21

3.1. Evolução histórica da imigração em Portugal (1980-anos 2000) 21

3.2. O panorama migratório em Portugal entre 2021 e 2025 23

3.3. O retorno voluntário assistido em Portugal: o Programa ARVoRe 26

4. Metodologia 28

4.1. Análise quantitativa 28

4.2. Análise qualitativa 29

5. Caracterização dos padrões de retorno dos participantes do Programa ARVoRe (2021 – 2025) 30

5.1. Perfil sociodemográfico 31

5.2. Trajetórias de Integração e Vulnerabilidade em Portugal 33

5.3. Motivações de retorno e a Interseccionalidade da vulnerabilidade 36

6. Vivências e significados da decisão de retorno 39

6.1. O caso de João e o esgotamento face ao bloqueio institucional 39

6.2. O caso de Ana e a violência da exclusão sistémica 41

7. Discussão de resultados 42

8. Conclusão 44

Referências 46

Anexos 49

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Preparação para o regresso……18

Figura 2: Evolução de estrangeiros residentes entre 2021 e 2024…….23

Figura 3: Distribuição percentual da amostra por nacionalidade dos candidatos principais…….31

Figura 4: Histograma da distribuição etária da amostra dos candidatos principais…..…32

Figura 5: Distribuição percentual da amostra por qualificações académicas dos candidatos principais…….33

Figura 6: Distribuição percentual da amostra por situação legal em Portugal dos candidatos principais……...34

Figura 7: Distribuição percentual da amostra pelas motivações de retorno dos candidatos principais…….36

Figura 8: Distribuição percentual da motivação de retorno consoante o escalão etário dos candidatos principais……....38

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição percentual da amostra pelas principais dificuldades sentidas em Portugal dos candidatos principais……...35

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Daniela Craveiro, que desde o início apoiou este estudo e me guiou com disponibilidade e compreensão.

Agradeço à OIM Portugal, em especial ao Luís Carrasquinho e à Ana Fernandes, sem os quais este trabalho não seria possível. Congratulo o trabalho incrível que fazem junto dos migrantes.

Aos meus pais, Cristina e Jorge, por me darem tudo e me ensinarem a ser quem sou hoje.

À minha irmã, Catarina, que é o meu exemplo de vida.

À minha avó que sempre rezou por mim.

Aos meus amigos, Falcão e Raquel, que estão do meu lado incondicionalmente.

À Margarida, com quem partilhei angústias.

A todos os que contribuíram para que chegasse aqui hoje, o meu mais sincero agradecimento.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação procura compreender as dinâmicas que fundamentam o retorno voluntário assistido de populações migrantes em situação de vulnerabilidade no contexto português. Para o efeito a análise debruça-se empiricamente sobre os beneficiários do Programa ARVoRe operado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) em Portugal no espaço temporal compreendido entre os anos de 2021 e 2025.

Importa reconhecer que ao longo das últimas décadas o território nacional tem consolidado uma posição de relevo enquanto espaço de destino nos sistemas migratórios globais num processo de profunda transição (Góis, 2022). Esta rápida reconfiguração demográfica atestada pelos relatórios institucionais expôs de forma notória a fragilidade das estruturas de acolhimento canalizando muitos cidadãos estrangeiros para as franjas secundárias do tecido económico e para malhas burocráticas de acentuada ineficiência.

O debate académico contemporâneo demonstra que o fenómeno do regresso constitui uma fase intrincada da mobilidade humana e não um mero evento isolado que dita o fim do percurso (King e Kuschminder, 2022). Abordagens teóricas recentes distanciam-se definitivamente das perspetivas clássicas que reduziam o retorno a um corolário direto do insucesso adaptativo sugerindo que esta decisão resulta antes de constrangimentos institucionais severos e da escassez gradual de recursos materiais no país de destino (de Haas, Fokkema e Fihri, 2015). A impossibilidade de regularização documental combinada com a precariedade laboral força os sujeitos a um estado de profunda exclusão e imobilidade que limita a sua capacidade de agência e preparação para a viagem (Cassarino, 2004). É perante este cenário de encruzilhada que os mecanismos formais de repatriação assumem um papel determinante ao providenciar uma alternativa exequível para quem já não encontra meios de subsistência viáveis e procura resgatar a sua dignidade (Fernandes e Castro, 2013).

A relevância desta investigação justifica-se pela necessidade de mapear cientificamente o retorno voluntário assistido num período marcado por uma grande volatilidade institucional em Portugal, já que a recente reestruturação orgânica dos serviços de fronteira introduziu atrasos e dinâmicas administrativas complexas que

alteraram profundamente as trajetórias de integração e cujos impactos empíricos ainda carecem de uma análise académica integrada. O trabalho expõe como a exclusão material e jurídica, frequentemente amplificada por lógicas quotidianas de discriminação e preconceito que hostilizam a vivência destas populações (Costa, 2023), é produzida ativamente pelos mecanismos do Estado recetor, oferecendo dados que podem orientar reformulações nas políticas públicas de acolhimento e nos programas humanitários de apoio à reintegração.

Neste enquadramento, a interrogação central foca-se nas barreiras sistémicas e nos fatores que conduzem ao acionamento do apoio ao regresso e para explorar esta problemática, adota-se um desenho analítico de natureza mista. A componente quantitativa examina uma base de dados administrativa dos requerentes, identificando perfis sociodemográficos e padrões de vulnerabilidade. De forma complementar, a dimensão qualitativa mobiliza entrevistas em profundidade para resgatar a substância das narrativas biográficas e ilustrar as perceções subjetivas sobre o impacto da violência estrutural e da discriminação na vida dos intervenientes.

O percurso argumentativo encontra-se estruturado sequencialmente para articular a discussão conceptual com a evidência empírica. Inicialmente, definem-se as coordenadas teóricas através da revisão de alguns modelos fundacionais de decisão migratória, de retorno e do transnacionalismo, ao passo que a secção seguinte contextualiza as transformações demográficas e a arquitetura institucional da imigração e do regresso voluntário em Portugal. Após a fundamentação dos procedimentos metodológicos aplicados, as etapas seguintes dedicam-se ao escrutínio dos dados estatísticos e à densificação interpretativa dos estudos de caso. Por fim, o trabalho encerra com uma síntese crítica sobre os desafios contemporâneos do retorno assistido e das políticas de integração das populações migrantes.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO: O RETORNO COMO ETAPA MIGRATÓRIA

2.1. Teorias da decisão migratória

A construção de uma estrutura conceptual abrangente para os estudos migratórios continua a ser um desafio complexo na academia contemporânea, pelo que sob o ponto

de vista teórico, mesmo neste início do século XXI, ainda não foi possível estabelecer uma teoria geral para a migração, incluindo a migração de retorno, conforme sustentam Fernandes e Castro (2013).

Para compreender a complexidade da migração de retorno, importa revisitar as teorias clássicas, ainda que as mesmas não constituam o ponto central do estudo, dado que embora o foco da literatura tradicional se foque predominantemente na decisão de partida (emigração), estes mesmos modelos analíticos oferecem também ferramentas essenciais para compreender o movimento inverso que caracteriza a decisão de regressar.

Entre os contributos mais relevantes encontra-se a teoria da migração formulada pela obra *A Theory of Migration* de Everett S. Lee (1966), que sistematizou os fatores de decisão em quatro categorias fundamentais, distinguindo os fatores associados à área de origem, os fatores associados à área de destino, os obstáculos intermédios e os fatores pessoais, estes últimos moldam a forma como a realidade é interpretada, evidenciando-se ancorada a dinâmicas emocionais, contingências biográficas e eventos imprevisíveis, num processo em que a subjetividade da agência humana interage com as estruturas envolventes (Lee, 1966).

> A decisão de migrar, portanto, nunca é totalmente racional e, para algumas pessoas, a componente racional é muito menor do que a irracional. Devemos, portanto, esperar encontrar muitas exceções às nossas generalizações, uma vez que as emoções passageiras, os distúrbios mentais e os acontecimentos acidentais representam uma proporção considerável do total das migrações.
>
> Lee, 1966, p. 51, traduzido pela autora[1]

É neste quadro que se consolida o modelo *push-pull* (atração-repulsão) – primeiramente conceptualizado por Ravenstein –, constituindo uma estrutura analítica que continua a ser central para compreender os fluxos contemporâneos. Lee (1966) teoriza que em cada área existem "inúmeros fatores que atuam de forma a reter as pessoas na área ou a atraí-las, existindo outros que tendem a repeli-las" (p. 50, traduzido pela autora)[2].

[1] Original: "The decision to migrate, therefore, is never completely rational, and for some persons the rational component is much less than the irrational. We must expect, therefore, to find many exceptions to our generalizations since transient emotions, mental disorder, and accidental occurrences account for a considerable proportion of the total migrations.".

[2] Original: "In every area there are countless factors which act to hold people within the area or attract people to it, and there are others which tend to repel them.".

Ou seja, segundo a ótica de Lee (1966), a decisão de migrar resulta do balanço entre forças de expulsão (*push factors*) na origem – como a pobreza, desemprego ou instabilidade política – e forças de atração (*pull factors*) no destino – como a perspetiva de melhores salários ou segurança. Assim, transpondo esta lógica para o contexto do retorno, a decisão de regressar ao país de origem não ocorre num vazio isolado, mas é igualmente fruto de um cálculo entre as dificuldades vividas no país de acolhimento e as expectativas geradas pelo regresso a casa. Todavia, a aplicação deste modelo levanta questões sobre a natureza dessa decisão, questionando-se se o retorno configura um sinal de que o projeto migratório falhou, ou a conclusão de uma estratégia bem-sucedida.

A teoria neoclássica da migração (NE) também absorve a lógica de atração-repulsão, ditando que o migrante atua como um agente racional, *homo economicus*, que procura otimizar os seus rendimentos económicos, pelo que nesta ótica, a deslocação ocorre em direção a locais onde a produtividade do indivíduo e o seu capital humano sejam melhor remunerados, visando a maximização da utilidade individual (Harris e Todaro 1970; Massey et al. 1998; Todaro e Maruszko 1987, Bauer e Zimmermann 1998; Sjaastad 1962, em de Haas, Fokkema e Fihri, 2015). Consequentemente, se o migrante é um ator racional que se desloca para maximizar rendimentos (através de fatores de atração), o seu regresso pressupõe um erro de cálculo inicial, incapacidade de adaptação ao mercado de trabalho de destino ou o desemprego, então, na perspetiva neoclássica, o regresso é visto como uma "migração falhada", motivada essencialmente por fatores de repulsão no país de acolhimento:

> (…) os migrantes podem não conseguir (…) melhorar as suas condições de vida através da migração, caso em que é mais provável que regressem. (…) a migração de regresso é interpretada principalmente como resultado da incapacidade de encontrar o seu lugar nas sociedades de acolhimento. Dito de outra forma, enquanto os "vencedores" se estabelecem, os "perdedores" regressam.
>
> de Haas, Fokkema e Fihri, 2015, p. 416, traduzido pela autora[3]

de Haas, Fokkema e Fihri (2015) contestam esta ideia e apontam que uma das limitações centrais da teoria neoclássica e dos modelos convencionais de atração-repulsão reside na dificuldade em justificar logicamente o fenómeno do retorno. Ao partirem da

[3] Original: "For instance, migrants might fail to find a job and to improve their lives through migrating, in which case they are more likely to return. So, within a NE perspective, return migration is mainly interpreted as a result of failure to find a place in receiving societies. Put differently, while "winners" settle, "losers" return.".

premissa de que o migrante detém informação perfeita sobre o destino antes de partir, esses modelos assumem que a concretização das expectativas ditaria uma integração plena e um aumento da produtividade, o que tornaria o regresso economicamente irracional. Consequentemente, sob esta lógica de maximização de rendimentos, o regresso ao país de origem deixaria de ter qualquer fundamento racional. Para além disso, de Haas, Fokkema e Fihri (2015) destacam que a teoria neoclássica pressupõe que a integração no país de acolhimento e o retorno funcionam como uma balança de soma zero, significando que quanto mais o migrante se integra, através do sucesso no emprego e redes sociais, menos sentido faz manter laços com a origem. Ou seja, a migração é um ato individual de maximização de utilidade, portanto o retorno é um fracasso dado que o sucesso na integração leva à permanência. Esta premissa também foi contestada por estudos sobre redes de migrantes e transnacionalismo que serão aprofundados na secção 2.3, os quais desconstruíram a noção de que o retorno e a preservação de vínculos com a origem resultam, obrigatoriamente, de uma falta de integração (Glick Schiller et al. 1992; Portes 2003, em de Haas, Fokkema e Fihri, 2015).

Já a Nova Economia da Migração Laboral (NELM), protagonizada por autores como Oded Stark, redefine a migração como uma estratégia familiar de gestão de riscos e não apenas como uma decisão individual de maximização de lucro, pelo que o projeto migratório passa a ser visto como um caminho para a acumulação de recursos no estrangeiro para superar as falhas de mercado no país de origem (de Haas, Fokkema e Fihri, 2015). Nesta perspetiva, inverte-se a lógica tradicional, já que o regresso é encarado como um indicador de sucesso que ocorre quando o migrante atinge as suas metas de poupança para investir em casa, na sociedade de origem. Paradoxalmente, a permanência definitiva no estrangeiro pode resultar não de uma integração plena, mas do fracasso em acumular o capital necessário, obrigando ao adiamento sucessivo do retorno planeado, pelo que quem volta triunfou, e quem fica ainda não conseguiu os meios para regressar: "A fixação definitiva torna-se, assim, o resultado final do adiamento repetido do regresso devido ao fracasso da integração"[4] (de Haas, Fokkema e Fihri, 2015, p. 417, traduzido pela autora).

de Haas, Fokkema e Fihri (2015) evidenciam que não existe um consenso definitivo

[4] Original: "Permanent settlement then becomes the end result of repeated postponement of return because of integration failure".

sobre as determinantes do retorno, e que os dados empíricos oscilam entre validar a perspetiva da NELM – onde a integração e o sucesso económico potenciam o regresso – e corroborar a visão Neoclássica e os modelos de assimilação – que associam a integração a uma fixação permanente no país de acolhimento. Esta ambivalência sugere, tal como argumentado pelos autores (2015), que não existe uma teoria "tamanho único" (p. 417, traduzido pela autora[5]) e que o retorno é um fenómeno heterogéneo, dependente de contextos macroeconómicos específicos e de motivações individuais que variam entre grupos. Adicionalmente, a literatura destaca o frequente hiato entre a intenção e o comportamento já que muitos migrantes desejam regressar, mas não possuem os meios para o fazer, enquanto outros regressam sem o desejar verdadeiramente, e é precisamente nesta discrepância entre a vontade de retorno e a capacidade de a concretizar que a análise dos programas de retorno voluntário assistido ganha relevância, surgindo como instrumentos institucionais facilitadores dessa transição.

2.2. Modelos analíticos de retorno e tipologias de retornados

A análise do regresso exige esquemas conceptuais que superem o determinismo económico e incorporem as barreiras psicossociais e estruturais enfrentadas pelos indivíduos e o seu estudo manifesta carências teóricas mais acentuadas que os estudos sobre a partida:

> No caso do retorno, as carências teóricas ainda são maiores. Alguns autores indicam que retornar seria como uma nova emigração, só que mais difícil, pois volta-se a um local que acredita-se conhecer, mas de onde se saiu e não acompanhou as mudanças. No imaginário daquele que retorna tudo está parado no tempo, à época da emigração e a frustração pode causar mais problemas do que os encontrados no local de destino quando da partida.
>
> Fernandes e Castro, 2013, p. 105

O modelo estruturalista debruça-se sobre esta fricção ao sublinhar que o impacto do retorno depende intrinsecamente do contexto socioeconómico e das relações de poder locais na sociedade de origem, afastando-se do racionalismo individual. É nesta linha de pensamento que se consolida a tipologia desenhada por Francesco Cerase (1974) cujo trabalho focado no retorno migratório italiano dos Estados Unidos da América entre 1876 e 1968 permitiu categorizar os retornados de acordo com os seus perfis e aspirações.

[5] Original: "one-size-fits-all".

Cerase (1974) categoriza quatro perfis de regresso. Primeiramente, identifica o retorno de fracasso (*return of failure),* aplicável aos indivíduos que sofreram as consequências do choque cultural e psicossocial demasiado violento, incapazes de alcançar estabilidade ou mobilidade social na sociedade recetora. Os mesmos depararam-se com uma transição abrupta entre o mundo rural e tradicional de onde partiram e o tecido urbano e industrial norte-americano dominado por dinâmicas de alienação, preconceito e isolamento laboral, que Cerase explica (1974), causou um sentimento de sofrimento e abandono, sendo nestas circunstâncias que o regresso ao país de origem surge como refúgio emocional de última instância e um ato de sobrevivência psíquica. O emigrante regressa sem capitais acumulados e sem novas competências profissionais, carregando apenas a desilusão de um projeto migratório inconclusivo (Cerase, 1974).

Em segundo lugar, Cerase (1974) descreve o retorno de conservadorismo (*return of conservatism*), característico de migrantes que focaram a experiência além-fronteiras na poupança estrita para adquirir pequenas propriedades na terra natal. Os indivíduos atingem os seus objetivos e alcançam a estabilidade financeira e poupanças desejadas, mas revelam elevada resistência a mudanças culturais e aos valores da sociedade de acolhimento, operando de forma deliberadamente isolada em relação aos modos de vida locais (Cerase, 1974). Cerase (1974) evidencia que estes retornados não pretendem alterar os equilíbrios económicos vigentes, pelo contrário, o capital acumulado serve o propósito estrito de comprar prestígio social e consolidar uma posição de relevo dentro da hierarquia tradicional pré-existente, validando a tese estruturalista de que este perfil reproduz o conservadorismo das economias agrárias periféricas.

Já numa perspetiva condicionada pelo curso de vida, Cerase (1974) define o regresso de reforma (*return of retirement*), que abrange os cidadãos que concluíram o seu ciclo de vida laboral ativo no estrangeiro (no caso nos Estados Unidos da América) e optaram por regressar para viver o "início da última fase da sua vida" (p. 257, traduzido pela autora[6]).

> Para alguns deles, porém, o sentimento de satisfação mistura-se com a resignação. Estão cientes de que não têm outra alternativa e de que é melhor contentarem-se com a vida, uma vez que a insatisfação não faz sentido.

[6] Original: "(…) beginning of the *last* stage of their life.".

Cerase, 1974, p. 258, traduzido pela autora[7]

O perfil que concentra as maiores expectativas no nexo entre migração, cooperação e desenvolvimento é o regresso de inovação (*return of innovation*) (Cerase, 1974). Cerase (1974) atribui este estatuto aos migrantes que permanecem tempo suficiente no exterior para absorver os valores de racionalidade económica, inovação tecnológica e espírito empresarial que caracterizam as sociedades industriais avançadas. Estes regressam dotados de competências técnicas e de capital financeiro, e com intenção de fundar cooperativas agrícolas, pequenas unidades fabris ou novos serviços comerciais. No entanto, a teorização estruturalista assume aqui o seu traço mais crítico quando Cerase (1974) documenta detalhadamente como estas ambições inovadoras vão contra uma barreira intransponível erguida pelas elites locais e ambiente institucional hostil.

De forma a conferir uma maior flexibilidade a estas trajetórias sem ceder ao pessimismo estruturalista, Jean-Pierre Cassarino (2004) revisitou estes perfis através do prisma da preparação para o regresso (*return preparedness*) e da capacidade de mobilização de recursos (*resource mobilisation*), ditando ainda que o ato de voltar não se esgota numa ocorrência mecânica, configurando-se como um processo contínuo de maturação que liga a vivência externa ao contexto institucional interno.

Esta preparação conceptualizada pelo autor (Cassarino, 2004) transcende o patamar monetário já que envolve a voluntariedade e a autonomia do ator social para decidir de forma planeada o momento de repatriação. A preparação para o retorno tem, assim, vários níveis (alto, baixo e sem *preparedness*) que vão diferir-se em termos de mobilização de recursos e preparação (Cassarino, 2004).

[7] Original: "For a few of them though, the feeling of satisfaction is mixed with resignation. They are aware that no other alternative is open to them, and that it is better to be satisfied with life since dissatisfaction is pointless.".

Tal como esclarecido por Cassarino (2004), a mobilização de recursos reflete-se na capacidade do sujeito ativar recursos tangíveis, como capital financeiro ou tecnológico, e intangíveis, como as redes sociais de apoio e competências profissionais adquiridas (Fig. 1; Cassarino, 2004). Já a preparação refere-se à disposição dos migrantes a retornar ao país de origem.

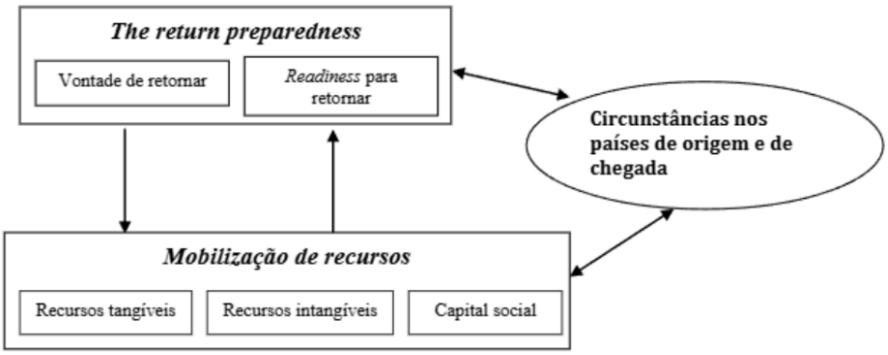


FIGURA 1 - PREPARAÇÃO PARA O REGRESSO (CASSARINO, 2013, P. 46)

Russell King e Katie Kuschminder (2022) argumentam, como síntese analítica dos modelos explorados e outros, que estas categorizações clássicas, além de fundamentais, enfrentam limitações crescentes perante a fluidez e hibridez das dinâmicas migratórias contemporâneas. Sublinham ainda que os eixos explicativos tradicionais baseados numa visão estática de sucesso *versus* fracasso tendem a esbater-se quando confrontados com realidades pós-modernas que são marcadas pela complexidade das intenções individuais. Na perspetiva dos investigadores, as fronteiras conceptuais entre o retorno voluntário e o forçado tornaram-se porosas, dado que as restrições burocráticas e a precariedade do estatuto legal nos países recetores diminuem a autonomia da decisão, funcionando numa zona cinzenta de escolha constrangida muitas vezes (King e Kuschminder, 2022). Assim, conclui-se que estas tipologias devem ser entendidas como ferramentas dinâmicas e não estáticas que exigem uma constante adaptação face à crescente politização que caracteriza o perfil dos retornados deste século.

2.3. Transnacionalismo e vulnerabilidade

Como conceptualizado por Jean-Pierre Cassarino (2004), o transnacionalismo "constitui uma tentativa de formular um quadro teórico e conceptual destinado a uma melhor compreensão das fortes ligações sociais e económicas entre os países de

acolhimento e origem dos migrantes" (p. 261, traduzido pela autora[8]). Assim, o retornado é um ator social que permanece imerso em teias relacionais dinâmicas que transcendem as fronteiras dos Estados-nação e que dificultam a sua reintegração.

> Para os transnacionalistas, as perceções subjetivas dos migrantes relativamente à pátria e a sua autoidentificação influenciam a sua decisão de regressar e o seu processo de reintegração, uma vez que conferem um significado com um contexto social e histórico.
>
> Cassarino, 2004, p. 262, traduzido pela autora[9]

Esta perspetiva ganha mais densidade analítica quando confrontada com as investigações de Luis Eduardo Guarnizo (1997), que demonstra que a vivência "entre espaços" desenvolve uma tendência transnacional específica que acompanha o migrante mesmo após retornar – a que Guarnizo (1997) chama de "*transnational habitus*" (p. 311). Porém, Guarnizo introduz uma nota de cuidado importante ao alertar que estes campos sociais duais não funcionam como facilitadores de igualdade.

> As famílias tradicionais transformam-se cada vez mais em famílias transnacionais multilocais, os cidadãos nacionais tornam-se cidadãos transnacionais, os Estados-nação periféricos tornam-se agentes políticos transnacionais, as lutas políticas pacíficas são travadas fora da jurisdição territorial do Estado-nação e, de um modo mais geral, as desigualdades locais de classe, género e regionais transformam-se em desigualdades transnacionais de classe, género e regionais.
>
> Guarnizo, 1997, p. 312, traduzido pela autora[10]

É precisamente para suportar o peso destas desigualdades e privações no exterior que se consolidam várias ideias como o "mito do retorno" (Anwar, 1979 em Guarnizo, 1997), a "ideologia de retorno" (Schierup 1990; Brettell 1979; Rubenstein 1979 em Guarnizo, 1997) e a "ilusão do retorno" (Hoffmann-Nowotny, 1978 em Guarnizo, 1997). Jørgen Carling (2004) defende que, independentemente dos migrantes virem efetivamente a regressar ou não, a aspiração de voltar dita o comportamento migratório na maioria dos

[8] Original: "Transnationalism constitutes an attempt to formulate a theoretical and conceptual framework aimed at a better understanding of the strong social and economic links between migrants' host and origin countries.".
[9] Original: "For transnationalists, the migrants' subjective perceptions of homeland and their self-identification have a bearing on their decision to return and on their process of reintegration, because they provide a meaning which has a social and historical background.".
[10] Original: "Traditional families increasingly become transnational multilocal families, national citizens become transnational citizens, peripheral nation-states become transnational political agents, peaceful political struggles are waged outside the territorial jurisdiction of the nation-state, and more generally, local class, gender, and regional inequalities are transformed into transnational class, gender, and regional inequalities.".

casos, assim, o autor argumenta que esta vontade é uma realidade tão estruturante que se torna "mais apropriado falar em «ethos» de regresso do que num mito ou ilusão" (p. 120, traduzido pela autora[11]).

Caroline Brettell (2003) aprofunda este debate ao analisar a matriz antropológica da diáspora e o conceito de "emigrar para voltar", evidenciando como a ideologia de regresso funciona como uma estrutura de atribuição de significado que confere sentido ao sacrifício laboral no exterior. Incidindo no contexto português a autora mostra a forma como a narrativa mítica do regresso é partilhada pelas comunidades e cooptada pelas instâncias estatais para assegurar a perenidade dos fluxos de remessas e o investimento na origem por parte dos emigrantes, seja através de contributos para os festivais anuais, para a renovação de igrejas ou para os jornais paroquiais (2003). A mentalidade dos migrantes portugueses analisados – de ir, enriquecer, regressar e exibir o sucesso e prestígio na terra natal – dita, por conseguinte, enormes sacrifícios no país de destino, dado que o projeto de vida permanece, em todo o momento, orientado para o retorno, além do mesmo ser sucessivamente adiado, muitas vezes permanentemente (Brettell, 2003). Então, a ilusão do retorno não é apenas um mecanismo de defesa, mas uma "ideologia" estruturante.

A exequibilidade prática destas redes circulares e permanência dual depara-se com barreiras severas no ordenamento geopolítico contemporâneo, cada vez mais caracterizado pela securitização e controlo de fronteiras. A análise de Carling (2004) sobre o contexto migratório cabo-verdiano fornece contributos essenciais para desconstruir as motivações que ditam o adiamento sucessivo do regresso face a essas barreiras. O autor atesta que a ausência de poupanças suficientes constitui o obstáculo principal à concretização do desejo de retorno, ilustrando a gravidade deste bloqueio através de testemunhos de migrantes que preferem "morrer de fome aqui do que voltar" para o país de origem "sem nada" (Reekers, 1997, p. 69, em Carling, 2004, p. 124).

Em muitos casos, isto resulta em imobilidade prolongada que acaba por ser exacerbada pelos constrangimentos financeiros como pelo endurecimento das políticas fronteiriças globais, ou seja, por um lado o receio de regressar em situação de pobreza e de falhar no envio de remessas constitui um cenário de constrangimento social (Carling,

[11] Original: "(…) it is more appropriate to speak of an 'ethos of return' than of a myth or an illusion.".

2004), levando os migrantes a suspender o retorno, por outro, os regimes migratórios restritivos transformam o acesso aos países ocidentais num recurso mais escasso, induzindo uma relutância em partir, especialmente àqueles sem os devidos documentos legais (Carling, 2004). A este risco soma-se ainda a consolidação de raízes no país de destino através, por exemplo, da criação de laços emocionais e da integração escolar dos dependentes (Carling, 2004). Assim, o carácter flexível da mobilidade acaba por ser anulado, "prendendo" o migrante numa teia de constrangimentos que subordina a sua vontade de retornar à necessidade de preservar as escassas garantias de permanência (Carling, 2004).

Assim, o regresso não deve ser lido de forma simplista, mas antes como uma estratégia dinâmica, onde a intenção de retornar coexiste permanentemente com as raízes estabelecidas no estrangeiro, desafiando as narrativas tradicionais de assimilação definitiva ou de regresso inevitável.

3. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL: O CONTEXTO PORTUGUÊS E O PROGRAMA ARVORE

3.1. Evolução histórica da imigração em Portugal (1980-anos 2000)

Historicamente marcado por fortes fluxos de emigração, Portugal consolidou a sua transição para um país de imigração a partir da década de 1990 (Almeida e Corkill, 2015), uma transformação demográfica intimamente ligada ao passado colonial do país, já que as populações dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) foram atraídas pela narrativa de excecionalidade assente no "luso-tropicalismo" e na "Lusofonia", bem como pela flexibilidade da lei da nacionalidade e por razões históricas e linguísticas, promovidas pelo Estado português (Almeida e Corkill, 2015).

A estruturação desta imigração contemporânea em Portugal pode ser dividida em forma de vagas (Góis, 2022), cada uma caracterizada por perfis distintos de entrada e por padrões específicos de regresso ou permanência.

A primeira vaga emergiu do rescaldo da descolonização africana em 1975 e caracterizou-se por um movimento massivo de regresso de antigos colonos aliados à fixação de cidadãos africanos, novamente dada a promoção do discurso luso-tropicalista

(Almeida e Corkill, 2015).

Já a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986 despoletou a segunda vaga, com trabalhadores africanos e brasileiros atraídos pelo *boom* de industrialização, modernização e construção civil (alimentado pelos fundos europeus) que chegaram ao país para suprir a escassez de mão de obra (Almeida e Corkill, 2015), funcionando como "um *hot-spot* para a entrada no Espaço Schengen" (Góis, 2022, p. 92):

> O objetivo para muitos destes novos imigrantes em Portugal seria obter aqui a sua legalização e, após um número mínimo de anos, reemigrar para um outro país europeu onde o prémio migratório fosse potencialmente maior. A regularidade das regularizações extraordinárias da década de 1990 funcionava como uma carta de chamada para muitos milhares de novos imigrantes em Portugal.
>
> Góis, 2022, p. 94

A transição do milénio marcou a terceira vaga impulsionada pela diversificação de origens e pela chegada expressiva de cidadãos da Europa de Leste (Góis, 2022), com a Política da "Porta Semiaberta"[12], face à forte necessidade de mão de obra barata em setores como a construção civil, o turismo e serviços domésticos (Góis, 2022, p. 94). Contudo, a deterioração socioeconómica pós-2004 alterou o comportamento destes fluxos, e a recessão estrutural e a contração do mercado laboral motivaram movimentos de retorno aos países de origem, nomeadamente por parte de imigrantes de Leste e brasileiros (Góis, 2022), o retorno destes últimos representava mais de 65% da taxa de imigração no Brasil, segundo os Censos Demográficos de 2010 (Fernandes e Castro, 2013).

Para suprir a carência de mão de obra gerada por estas saídas, o Estado focou-se na atração e fixação de novos trabalhadores estrangeiros através da Lei de Estrangeiros de 2007, que introduziu a "manifestação de interesse", regime excecional que permitiu regularizar milhares de imigrantes indocumentados mediante a comprovação de um contrato de trabalho e da respetiva inscrição na Segurança Social (Góis, 2022). Ao manter esta porta aberta à inserção laboral, Portugal consolidou o seu papel no sistema global como uma plataforma estratégica de legalização para os imigrantes que, posteriormente,

[12] Conceito que descreve o modelo migratório português da época, caracterizado pela manutenção de barreiras legais restritivas que coexistiam, de forma paradoxal, com uma tolerância estatal face ao trabalho indocumentado e a consequentes regularizações *a posteriori*.

adquirem o direito de circulação no espaço europeu (Góis, 2022).

3.2. O panorama migratório em Portugal entre 2021 e 2025

É no seguimento desta evolução histórica que o período em análise nesta dissertação (2021-2025) regista uma aceleração demográfica sem precedentes, em que, segundo dados da AIMA (2024), o número total de cidadãos estrangeiros residentes no país passou de 714.508 em 2021 para 1.543.697 em 2024 (Fig. 2), este crescimento exponencial é inequivocamente ilustrado pelos indicadores oficiais relativos ao enquadramento legal da população estrangeira. Grande parte deste fluxo foi sustentada pelo regime jurídico da manifestação de interesse[13], implementado em 2007 (Góis, 2022), até à sua revogação em meados de 2024.

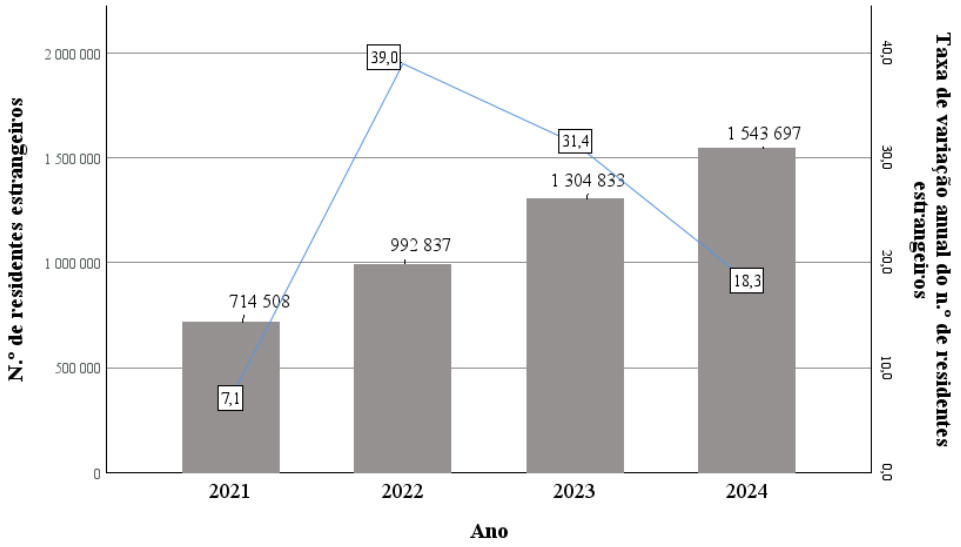


FIGURA 2 - EVOLUÇÃO DE ESTRANGEIROS RESIDENTES ENTRE 2021 E 2024 (ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NOS DADOS AIMA, 2024, P. 2)

Dentro deste universo legal e segundo a PORDATA (2024) a esmagadora maioria consolidou o seu estatuto legal de residente (cujo número saltou de 698.536 em 2021 para 1.044.238 em 2023[14]), contrastando com uma presença meramente residual dependente de prorrogações de vistos de longa duração (368 casos em 2023), uma nova realidade

[13] Criada pela Lei n.º 23/2007 de 4 de julho, a manifestação de interesse permitia a regularização extraordinária de cidadãos estrangeiros já em território nacional através de um contrato laboral. O procedimento foi formalmente extinto pelo Decreto-Lei n.º 37-A/2024 de 3 de junho, com o objetivo claro de reinstaurar a exigência de visto prévio obtido nos consulados de origem.

[14] Note-se que relativamente aos dados do enquadramento legal da população estrangeira residente os últimos dados oficiais são de 2023.

demográfica de mais de um milhão de residentes regulares que é sustentada pelo fluxo anual de novos imigrantes permanentes, que quase triplicou (de 49.011 indivíduos em 2021 para 133.256 em 2023) (Anexo 1).

A magnitude deste fluxo torna-se ainda mais evidente ao analisar o seu peso na demografia nacional: de acordo com dados da PORDATA (2026), o contributo do saldo migratório para a variação populacional anual do país passou de 84,7% em 2021 para 67,5% em 2025, enquanto o peso do saldo natural se manteve num valor muito menor, contribuindo apenas 15,3% em 2021 e 32,5% em 2025 (Anexo 2).

No seio deste volume ímpar, a comunidade brasileira continuou a assegurar a sua posição como a principal nacionalidade residente, sendo sobretudo em Lisboa que este fenómeno ganha maior expressão, a capital não só regista o maior número de residentes brasileiros em Portugal, como se afirmou recentemente como a cidade com a maior comunidade de eleitores brasileiros a residir fora do seu país de origem (Filho, 2022). É esta dimensão demográfica e a consequente exposição aos desafios de integração que explicam o facto de o Brasil ser também o país com o maior volume de pedidos e retornos efetivados no âmbito do Programa ARVoRe, tema que será aprofundado de seguida na secção 3.3..

Este crescimento demográfico coincidiu com uma fase de reestruturação profunda nas políticas e instituições migratórias em Portugal, marcada por um processo de "dessecuritização" da abordagem do Estado perante a migração internacional (Sousa, 2024, p. 47). Durante décadas, o sistema português caracterizou-se pela concentração atípica de competências no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), que acumulava o controlo de fronteiras, a investigação criminal e a gestão puramente administrativa documental de imigrantes e requerentes de asilo (Sousa, 2024). Esta orgânica promovia uma visão burocrática e securitária, que tendia a associar a imigração a uma questão de segurança interna, frequentemente em choque com os princípios de uma política humanista.

Para romper com esta perspetiva, o Estado procedeu, no final de 2023, à extinção do SEF, separando as funções policiais das administrativas (Sousa, 2024), assim as competências de fiscalização fronteiriça e criminal transitaram para as forças de segurança convencionais (PSP, GNR e Polícia Judiciária) (Sousa, 2024). Por sua vez, a

regularização e documentação dos imigrantes passou a ser gerida por uma entidade de natureza administrativa: a recém-criada Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) (Sousa, 2024). A AIMA herdou igualmente as responsabilidades do extinto Alto Comissariado para as Migrações, procurando agregar e agilizar a resposta estatal desde a legalização até à integração social e ao combate à discriminação (Sousa, 2024). Porém, este processo de transição gerou uma panóplia de constrangimentos práticos, acumulando, a título de exemplo, um passivo burocrático superior a 400.000 processos pendentes (no caso relativos a manifestações de interesse apresentados até junho de 2024) (AIMA, 2024), situação que condiciona milhares de cidadãos estrangeiros ao "limbo legal", limitando, desde o acesso ao mercado de trabalho formal, à mobilidade geográfica, até aos direitos sociais básicos (Sousa, 2024).

Paralelamente a esta transição institucional complexa, o contexto socioeconómico do país (nomeadamente a inflação e a grave crise no acesso à habitação) criou fatores de vulnerabilidade para a população migrante (Observatório das Migrações, 2026), sendo a incapacidade de sustentação do projeto migratório perante estas barreiras estruturais, bem como as condições de vida precárias, que frequentemente, impulsionam a procura por mecanismos de retorno voluntário.

Neste âmbito, é incontornável referir o impacto das alterações legislativas e do próprio volume de naturalizações na definição do público elegível para o retorno assistido, nomeadamente a alteração à Lei da Nacionalidade[15], que entrou em vigor em 2024, introduzindo uma mudança profunda ao estipular que o tempo de residência legal para acesso à nacionalidade (cinco anos) passa a ser contabilizado desde o momento da apresentação da manifestação de interesse, e não apenas a partir da emissão do título de residência. Esta aceleração processual facilita a obtenção da cidadania para milhares de imigrantes. A dimensão desta realidade é particularmente visível na comunidade brasileira que, segundo a PORDATA (2025), regista de forma constante números

[15] Esta alteração legislativa foi introduzida pela Lei Orgânica n.º 1/2024, de 5 de março, que procedeu à nona revisão da Lei da Nacionalidade original (Lei n.º 37/81). A alteração surgiu essencialmente como uma resposta política e social aos bloqueios burocráticos prolongados na tramitação dos pedidos de residência. Ao estabelecer que o tempo de residência legal para acesso à nacionalidade passa a ser contado a partir do momento da apresentação do pedido de regularização (a manifestação de interesse), o legislador visou corrigir um desfasamento temporal que penalizava o requerente pela demora dos serviços do Estado, garantindo assim que o período de espera administrativa seja agora contabilizado para o preenchimento do requisito dos cinco anos de residência legal. Note-se que, posteriormente, a Lei Orgânica n.º 1/2026 veio estender o prazo de residência para obtenção de nacionalidade.

expressivos de aquisição de nacionalidade portuguesa: 7.736 cidadãos em 2021 e 7.187 em 2024 (Anexo 3). Assim, uma vez que o Programa ARVoRe se destina exclusivamente a nacionais de países terceiros, esta dinâmica legal e demográfica tem o potencial de retirar da esfera de elegibilidade do programa uma camada muito significativa de imigrantes que, ao naturalizarem-se como cidadãos europeus, deixam de poder recorrer ao apoio da OIM, tendo de assegurar o seu regresso por meios próprios ou consulares.

Por fim, importa sublinhar que as respostas de Portugal ao retorno voluntário não operam num vazio institucional, são reflexo direto das diretrizes comunitárias. Em abril de 2021, a Comissão Europeia adotou a primeira *Estratégia da UE sobre o Regresso Voluntário e a Reintegração* (Comissão Europeia, 2021), um pilar fundamental do Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo, nele é reconhecido o regresso voluntário como uma alternativa mais eficaz, económica e humana face ao regresso forçado, uma vez que tem em conta as necessidades individuais e promove uma reintegração sustentável nos países de origem, beneficiando tanto os indivíduos como as comunidades locais (Comissão Europeia, 2021).

O Programa ARVoRe IX, em vigor no período desta investigação, atua precisamente como a operacionalização nacional desta estratégia europeia, garantindo um processo articulado que privilegia a dignidade humana na gestão dos fluxos de retorno.

3.3.O retorno voluntário assistido em Portugal: o Programa ARVoRe

O Programa ARVoRe constitui o principal instrumento logístico, financeiro e administrativo em Portugal para o regresso digno de pessoas migrantes aos seus países de origem, o mesmo é implementado pela OIM em cooperação com o Estado Português pelo que se encontra, no período temporal em análise nesta dissertação (entre 2021 e 2025), na sua oitava e nona edição, designada por Projeto ARVoRe VIII (entre 2021 e 2023) e Projeto ARVoRe IX (2024 e 2025). Este mecanismo é cofinanciado por fundos europeus – designadamente o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração 2030 – e gerido em parceria institucional com a AIMA (OIM, s.d.). O seu funcionamento integra as respostas de Portugal às metas estipuladas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ao Quadro de Governança das Migrações e ao Pacto Global para as Migrações (OIM, s.d.).

O programa destina-se, especificamente, a nacionais de países terceiros que careçam

de recursos financeiros próprios para assegurar o regresso, pelo que o acesso é garantido independentemente da situação documental em território nacional, abrangendo pessoas em situação irregular, portadores de título de residência, requerentes de asilo e pessoas refugiadas (OIM, s.d.). Para além da carência económica e da voluntariedade da decisão, a elegibilidade exige que a pessoa candidata não possua nacionalidade de um Estado-Membro da União Europeia nem familiares diretos nessa condição, não tenha processos legais pendentes em Portugal que impeçam a saída do território e não tenha beneficiado anteriormente deste apoio, porém, a decisão final de aprovação do retorno voluntário cabe sempre às autoridades portuguesas (OIM, s.d.).

A operacionalização do processo decorre em fases integradas: após um contacto inicial e um aconselhamento confidencial, que assegura o consentimento livre e informado, a OIM organiza as diligências da viagem e as respetivas passagens aéreas pela rota mais económica e direta disponível a partir do aeroporto de Lisboa (OIM, s.d.). No dia do embarque, as pessoas beneficiárias recebem um apoio monetário ("dinheiro de bolso") no valor de 70 euros para fazer face a despesas imediatas ou durante escalas de trânsito, sendo acompanhadas pela equipa da OIM até à porta de embarque (OIM, s.d.).

Um aspeto central do Programa, que ultrapassa a mera dimensão da viagem, é o seu foco na sustentabilidade do projeto de retorno, vertente que se concretiza a dois níveis: a nível psicossocial, na medida em que o programa disponibiliza acompanhamento especializado e confidencial, através de parceiros locais, antes do regresso e, em casos específicos de retorno para o Brasil – país correspondente à nacionalidade com a maior percentagem de pedidos e retornos realizados –, a assistência pode manter-se após a chegada (OIM, s.d.); a nível socioeconómico, e dependendo da disponibilidade de fundos e avaliação individual prévia à viagem, o programa pode aprovar um Apoio à Reintegração até ao montante máximo de 2.000 euros, valor destinado preferencialmente a iniciativas de empreendedorismo ou à frequência de cursos técnicos de capacitação, sendo monitorizado diretamente pela OIM no país de destino durante os primeiros seis meses após o regresso (OIM, s.d.).

Por fim, a adesão a este mecanismo pressupõe condicionantes legais para a mobilidade futura da pessoa imigrante, enquadradas pelo Artigo 139.º da Lei de

Estrangeiros (Lei n.º 23/2007)[16]: no momento do embarque, o beneficiário que se encontre em situação regular abdica e entrega o seu título de residência às autoridades portuguesas (OIM, s.d.).

Adicionalmente e decorrente do apoio financeiro do Estado, é instituída uma interdição de entrada em Portugal e nos restantes Estados-Membros do Espaço Schengen por um período de três anos (OIM, s.d.) pelo que a eventual pretensão de voltar a entrar neste espaço europeu antes de decorrido esse prazo obriga, imperativamente, à restituição integral dos fundos despendidos pelas autoridades, implicando um pedido formal de admissão junto da representação diplomática e a eliminação da interdição apenas após a confirmação do pagamento (OIM, s.d.).

4. METODOLOGIA

A investigação da complexidade inerente à decisão de retorno migratório requer uma estratégia analítica abrangente que ultrapasse a simples observação de tendências macroeconómicas (Cassarino, 2004) e por esse motivo o presente estudo adota uma abordagem metodológica assente em métodos mistos combinando as matrizes quantitativa e qualitativa de forma complementar.

Ao cruzar dados administrativos com narrativas biográficas torna-se possível não só encontrar padrões e perfis, mas também compreender os significados que os próprios atores lhe atribuem, enquadrando as suas decisões nos debates teóricos.

4.1. Análise quantitativa

No que diz respeito à vertente quantitativa o estudo apoia-se na exploração aprofundada de uma base de dados administrativa primária cedida formalmente pela OIM Portugal, pelo que o universo analítico engloba a totalidade dos processos inscritos nas edições VIII e IX do Programa ARVoRe, abrangendo o período de tempo entre o início do ano de 2021 e o final do mês de junho de 2025, correspondendo esta última data ao limite temporal de corte da extração administrativa disponibilizada pela organização para os efeitos deste estudo.

[16] O artigo regula a assistência ao retorno voluntário e estipula que a concessão de apoio obriga o migrante a abdicar da sua autorização de residência. A renúncia ao estatuto legal ocorre formalmente na fronteira durante a saída do país, garantindo assim que o movimento de regresso assume um carácter irreversível e definitivo.

O tratamento da amostra original decorreu no ambiente analítico do software SPSS para assegurar a integridade e o rigor da extração de resultados, sendo que a matriz de dados foi conceptualmente segmentada separando os candidatos principais dos respetivos elementos do agregado familiar, procedimento metodológico que permitiu afunilar o foco nos 591 indivíduos que encabeçaram os pedidos de apoio, dos quais 416 referentes à edição VIII e 175 relativos à edição IX, uma vez que estes constituem os principais decisores e impulsionadores do projeto de regresso.

A operacionalização empírica implicou um trabalho de limpeza estatística para originar variáveis capazes de descrever o perfil demográfico em eixos cruciais para a exclusão sistémica, pelo que o conjunto de indicadores trabalhados inclui determinantes sociodemográficas como a idade, o género, a nacionalidade e o nível de escolaridade. Adicionalmente escrutinaram-se variáveis fundamentais para a descodificação das pressões institucionais englobando a situação documental do requerente aquando da candidatura, o tempo efetivo de permanência em Portugal, as principais dificuldades reportadas e os motivos declarados para justificar a partida, bem como as motivações iniciais da imigração para Portugal.

A estratégia estatística definida recorre primeiramente a técnicas de estatística descritiva para apurar frequências absolutas e relativas traçando o panorama geral da vulnerabilidade desta população.

4.2. Análise qualitativa

Para densificar e atribuir sentido aos padrões estatísticos a investigação prossegue com uma fase qualitativa consubstanciada na realização de estudos de caso mediante a condução de entrevistas semiestruturadas em profundidade. A seleção empírica dos participantes obedeceu a um processo de amostragem por conveniência condicionado pela necessária mediação da OIM Portugal. Face aos constrangimentos de acesso direto aos beneficiários do programa, a identificação dos sujeitos resultou de uma triagem prévia conduzida pela instituição parceira, que indicou os candidatos historicamente mais responsivos e disponíveis para a partilha das suas vivências.

A conceção do guião de entrevista privilegiou a flexibilidade metodológica organizando-se em blocos temáticos desenhados para explorar as expectativas primárias na chegada a Portugal, as vivências quotidianas marcadas por obstáculos burocráticos, a

descoberta do apoio institucional e as perspetivas futuras após a reinstalação no país de origem e retorno.

A execução desta etapa respeitou as diretrizes éticas e de proteção de dados delineadas para a pesquisa em ciências sociais e aprovadas previamente pela Comissão de Ética da instituição, através do Parecer n.º 9/2026, pelo que, tendo em consideração a sensibilidade das temáticas abordadas e o inerente risco de desgaste emocional associado à evocação de trajetórias de rutura a recolha dos relatos foi sempre antecedida pela leitura detalhada e consequente aceitação de um formulário de consentimento informado. Os interlocutores foram inteiramente esclarecidos acerca do carácter voluntário da sua colaboração, ficando salvaguardado o direito de recusar respostas ou interromper a sessão a qualquer momento sem necessidade de justificação.

Em virtude da dispersão geográfica dos entrevistados que já se encontravam de regresso ao país de origem as conversas decorreram com recurso a plataformas digitais seguras. A proteção irrevogável da privacidade e do anonimato constitui um pilar inegociável desta pesquisa, sendo garantida pela substituição imediata das identidades reais por pseudónimos logo na fase de transcrição bem como pelo armazenamento estritamente encriptado dos registos áudio. Em alinhamento com as boas práticas de integridade científica estipulou-se a eliminação definitiva de todos os dados brutos decorrido um período de conservação de cinco anos assegurando a proteção absoluta das informações cedidas pelos participantes.

5. CARACTERIZAÇÃO DOS PADRÕES DE RETORNO DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA ARVORE (2021 – 2025)

Este capítulo analisa os dados estatísticos da OIM relativos ao projeto ARVoRe (edições VIII e IX, entre 2021 e 2025) para mapear a vulnerabilidade e os constrangimentos institucionais associados à interrupção voluntária dos projetos migratórios. A amostra divide-se entre candidatos principais (591 casos, sendo 416 referentes ao período de 2021 a 2023 e 175 entre 2024 e 2025) e elementos do agregado familiar (631 registos, dos quais 459 entre 2021 e 2023 e 172 entre 2024 e 2025), porém a exploração empírica incidirá predominantemente sobre os requerentes primários por assumirem a centralidade na decisão de regresso.

5.1.Perfil sociodemográfico

O desenho de qualquer interpretação sociológica em torno da mobilidade geográfica beneficia da caracterização elementar da população em estudo, uma vez que as trajetórias de integração e os fatores de repulsão tendem a ser estruturalmente condicionados pelas propriedades demográficas e pelo capital humano dos migrantes (Castles et al., 2014; Massey et al., 1993). Sob este prisma, as características biográficas da amostra constituem o pilar empírico fundamental sobre o qual se estruturarão as discussões posteriores em torno das barreiras laborais, habitacionais e administrativas vividas em Portugal.

A análise das origens geográficas evidencia uma grande prevalência de cidadãos oriundos do Brasil, representando 75,25% dos 590 titulares (Fig. 3[17]). Para fins de clareza visual, as nacionalidades com representatividade inferior a 1% foram aglomeradas numa categoria residual, cujo detalhe consta no Anexo 4. A expressividade do fluxo retornado em direção ao Brasil sugere as tendências identificadas na literatura sobre a consolidação de redes transnacionais entre os dois países, dinâmicas que tendem a facilitar tanto os movimentos de entrada como os processos institucionais de retorno voluntário (Cassarino, 2004; Góis, 2022). As restantes geografias, como Timor-Leste ou Colômbia, apresentam uma expressividade marcadamente periférica.

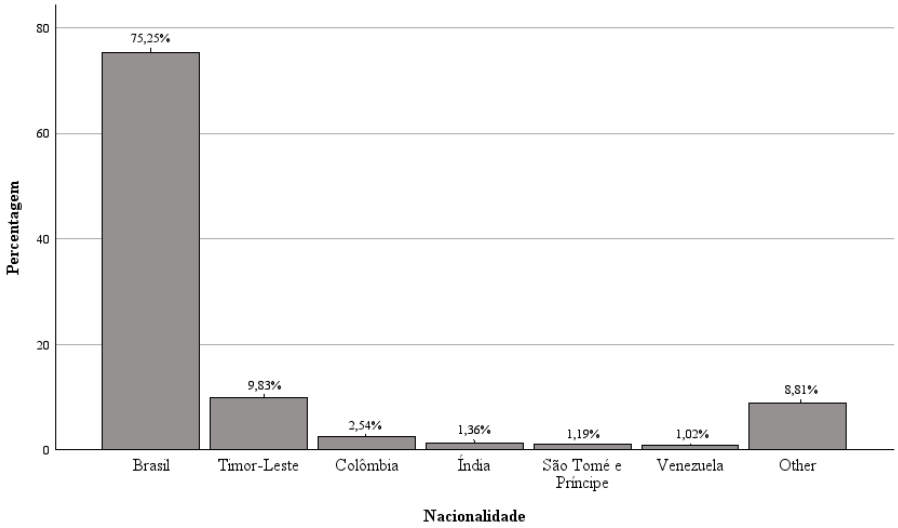


FIGURA 3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA POR NACIONALIDADE DOS CANDIDATOS PRINCIPAIS (ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NOS DADOS DA OIM PORTUGAL RELATIVOS AO PROGRAMA ARVORE 2021-2025, N=590)

[17] Para fins de clareza visual, a representação gráfica isola as nacionalidades estatisticamente mais expressivas, tendo sido aglomeradas na categoria residual de outras nacionalidades todas as origens geográficas cuja representatividade individual se fixou abaixo da fasquia de 1% do total da amostra, conforme detalhado na respetiva tabela de frequências suplementar (ver Anexo 4).

Adicionalmente, a análise da estrutura etária assume um papel crucial na interpretação dos ciclos de vida e na avaliação da maturidade dos projetos migratórios, pelo que os dados indicam uma concentração acentuada dos candidatos principais em escalões jovem-adultos, registando-se uma média de 37 anos (Fig. 4[18]). A distribuição dos dados sugere que o apoio ao retorno abrange predominantemente indivíduos em idade ativa e reprodutiva, afastando a perceção de um regresso motivado pela reforma. Este padrão indicia que os constrangimentos de fixação em Portugal afetam pessoas no auge do percurso produtivo, o que poderá desencadear ruturas nas suas trajetórias socioprofissionais e condicionar as suas estratégias de subsistência no país de origem.

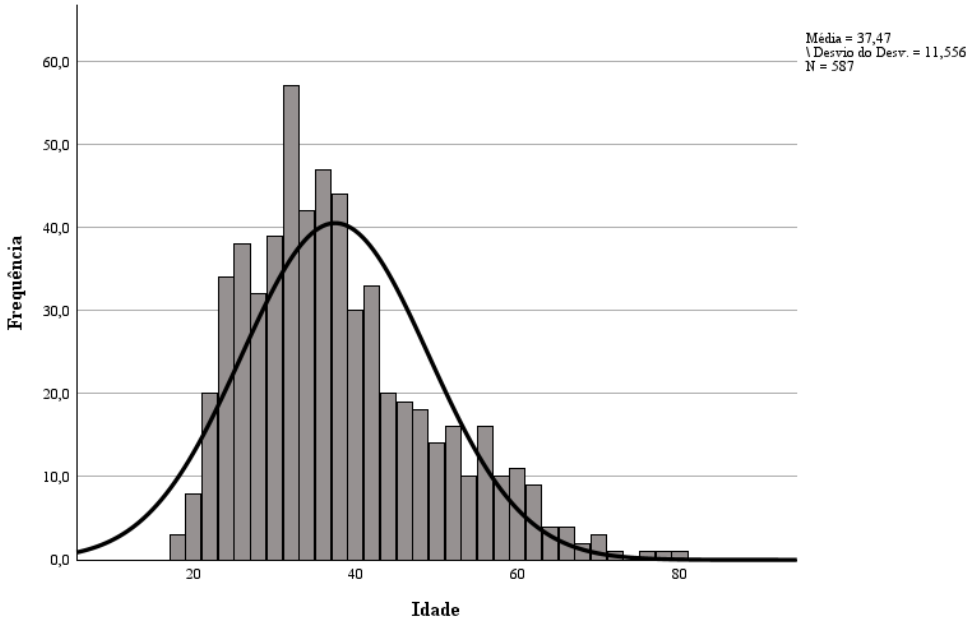


FIGURA 4 - HISTOGRAMA DA DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA AMOSTRA DOS CANDIDATOS PRINCIPAIS (ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NOS DADOS DA OIM PORTUGAL RELATIVOS AO PROGRAMA ARVORE 2021-2025)

A análise empírica evidencia uma tendência de paridade na distribuição por género, com a amostra a dividir-se entre 46,53% de mulheres e 53,47% de homens (Anexo 5), representatividade estatística que sugere que as pressões de exclusão material e o isolamento inerentes ao insucesso migratório afetam ambos os grupos com uma intensidade semelhante, o que motiva uma procura bastante equilibrada pelo apoio institucional ao regresso.

[18] Três registos incongruentes na variável idade (4, 13 e 17 anos) foram considerados erros de preenchimento e recodificados como valores omissos, salvaguardando a inclusão desses participantes na análise das restantes variáveis.

Finalmente, a avaliação do capital humano indica que quase metade dos candidatos principais concluiu o ensino secundário (Fig. 5). Apesar da predominância de escolaridade básica e secundária, a proporção assinalável de beneficiários com diplomas universitários sugere que um nível superior de instrução não previne necessariamente a vulnerabilidade e a subsequente necessidade de retorno (Anexo 7).

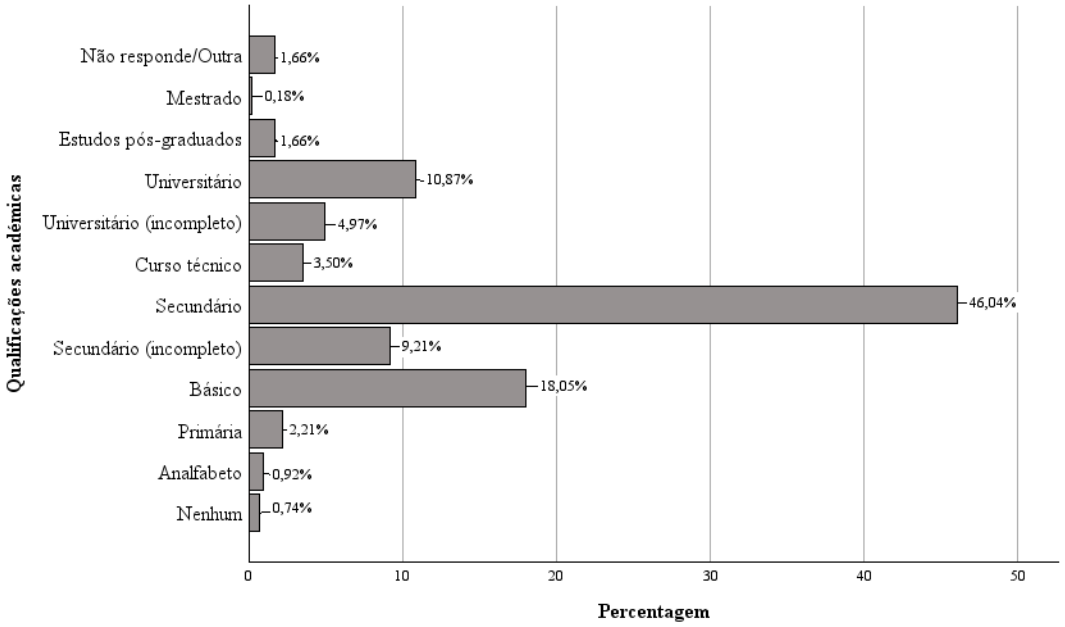


FIGURA 5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA POR QUALIFICAÇÕES ACADÉMICAS DOS CANDIDATOS PRINCIPAIS (ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NOS DADOS DA OIM PORTUGAL RELATIVOS AO PROGRAMA ARVORE 2021-2025, N=543)

Quanto ao estado civil, a amostra reparte-se de forma equilibrada entre solteiros (43,3%) e indivíduos com vínculo conjugal (42,5%, somando casados e uniões de facto), o que sugere que a decisão de regresso raramente é individual, arrastando consigo um agregado familiar (Anexo 6).

5.2.Trajetórias de Integração e Vulnerabilidade em Portugal

A compreensão do fenómeno do retorno exige uma análise das trajetórias de integração vividas no território nacional.

Neste contexto, a situação documental assume ainda um papel central, pelo que, ao observar-se a condição legal dos requerentes no momento do pedido de retorno assistido, nota-se um cenário de acentuada precariedade administrativa (Fig. 6).

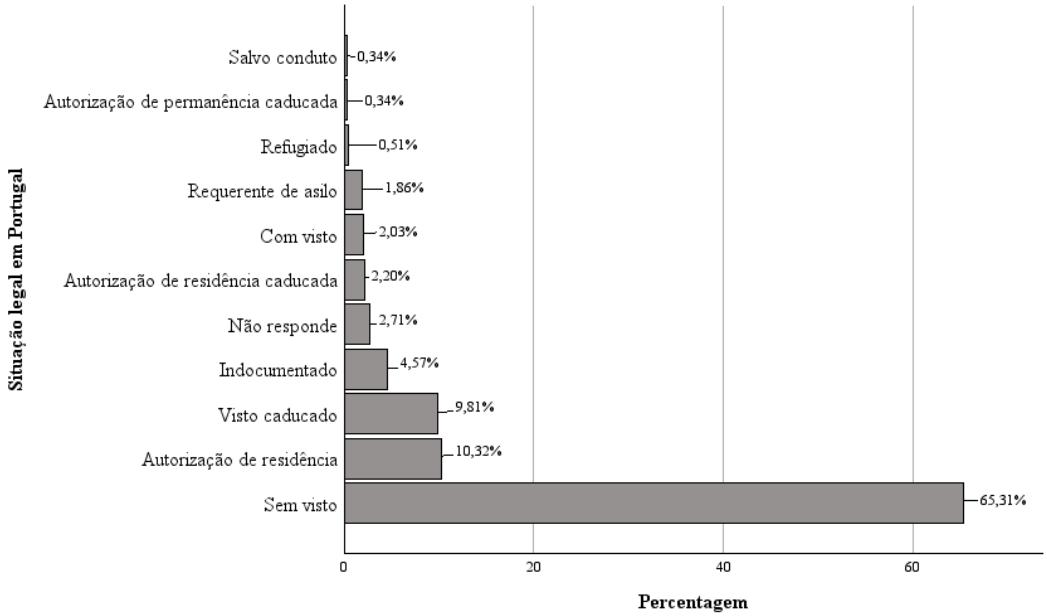


FIGURA 6 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA POR SITUAÇÃO LEGAL EM PORTUGAL DOS CANDIDATOS PRINCIPAIS (ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NOS DADOS DA OIM PORTUGAL RELATIVOS AO PROGRAMA ARVORE 2021-2025, N=591)

O mapeamento da situação legal revela que a larga maioria da amostra vive numa condição de vulnerabilidade, com cerca de 65% dos candidatos principais sem visto. O detalhe gráfico indicia ainda a presença de indivíduos que perderam a sua regularidade através da caducidade de vistos e autorizações de residência. Esta camada de vulnerabilidade documental parece estar associada à morosidade burocrática e à acumulação de processos nas instituições portuguesas, dinâmicas que tendem a confinar os migrantes numa situação de precariedade e imobilidade involuntária (Carling, 2004; AIMA, 2024). Importa referir que o grupo titular de uma autorização de residência válida representa perto de 10% da amostra, o que sugere que a mera posse de documentos não constitui uma proteção absoluta contra a necessidade de retorno (Anexo 8[19]). Finalmente, a concentração expressiva na situação irregular sugere que a ausência de um enquadramento legal robusto constitui a regra transversal a esta população.

O culminar da análise das trajetórias de integração exige o escrutínio dos obstáculos concretos que os candidatos principais enfrentaram durante a sua estadia, pelo que o

[19] A leitura visual desta análise exigiu a recodificação das situações legais numa variável dividida em quatro categorias: situação regular, que inclui autorização de residência, com visto e salvo conduto; situação irregular, que inclui sem visto, visto caducado, indocumentado, autorização de residência caducada e autorização de permanência caducada; proteção internacional, que inclui requerente de asilo e refugiado; e não responde.

mapeamento dos mesmos obtido através de respostas de escolha múltipla, sugere uma prevalência de constrangimentos materiais e estruturais (Tabela 1). O desemprego e a precariedade económica destacam-se entre as dificuldades mais reportadas, abrangendo perto de metade dos inquiridos, seguidos pela crise habitacional, apontada por cerca de um terço da amostra, e pelos entraves na regularização documental (27%). Obstáculos no acesso à saúde e episódios de discriminação foram referidos em perto de 15% e 14% dos casos, respetivamente. Em contrapartida, aspetos culturais ou emocionais, como a barreira linguística ou a saudade, registam um peso estatístico bastante residual perante

		Respostas		Percentagem de casos
		N	Percentagem	
Dificuldades sentidas em Portugal	Desemprego	259	20,6%	44,7%
	Dificuldades de regularização	157	12,5%	27,1%
	Habitação	189	15,0%	32,6%
	Integração/Discriminação em Portugal	82	6,5%	14,2%
	Língua	22	1,8%	3,8%
	Não responde	9	0,7%	1,6%
	Nenhuma	2	0,2%	0,3%
	Outra	54	4,3%	9,3%
	Pouca informação à partida	21	1,7%	3,6%
	Saudades/Desejo de regressar ao país de origem	46	3,7%	7,9%
	Saúde	89	7,1%	15,4%
	Situação económica	255	20,3%	44,0%
	Situação familiar em Portugal	71	5,7%	12,3%
Total		1256	100,0%	216,9%

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA PELAS PRINCIPAIS DIFICULDADES SENTIDAS EM PORTUGAL DOS CANDIDATOS PRINCIPAIS (ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NOS DADOS DA OIM PORTUGAL RELATIVOS AO PROGRAMA ARVORE 2021-2025, N=591)

as premências de subsistência.

Uma vez que a vulnerabilidade económica parece constituir o principal motor do retorno voluntário, importa escrutinar a inserção laboral da amostra. O mapeamento profissional (Anexo 9) sugere uma forte marginalização face ao mercado formal, com o desemprego a atingir quase 40% dos inquiridos. Os restantes indivíduos concentram-se em nichos precários e pouco qualificados, com destaque para a construção civil (13%) e serviços indiferenciados. Esta instabilidade estrutural indicia um bloqueio à mobilidade social e à capacidade de poupança, convertendo o projeto migratório num ciclo de sobrevivência propulsor do regresso.

5.3. Motivações de retorno e a Interseccionalidade da vulnerabilidade

O fim desta análise quantitativa exige a identificação daquele que é o gatilho final que incita à decisão de regressar, pelo que a representação visual das principais motivações de retorno consolida a tese da exclusão estrutural debatida ao longo deste capítulo, evidenciando que as falhas de ordem material dominam (Fig. 7).

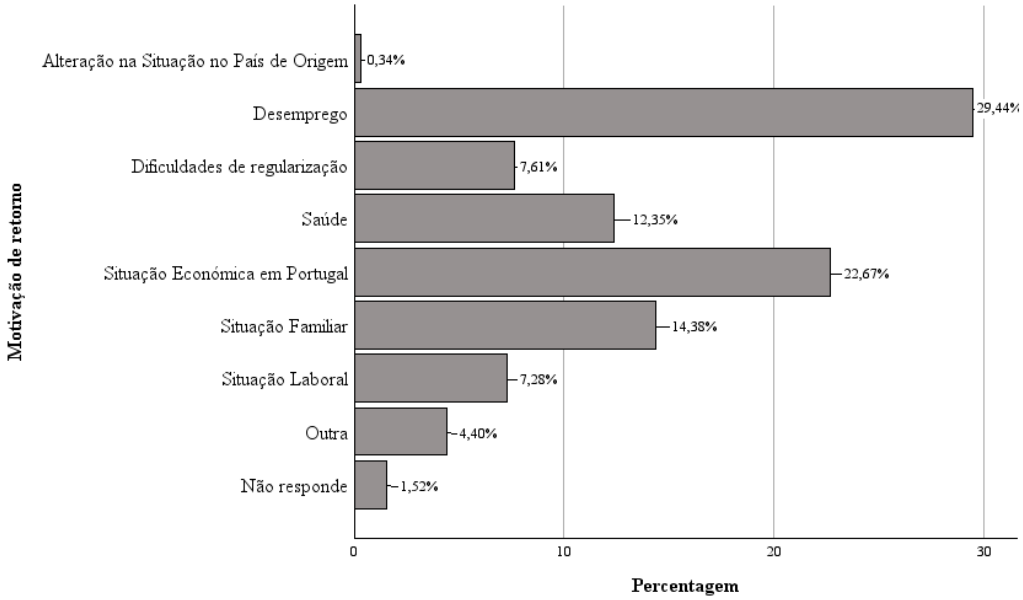


FIGURA 7 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA PELAS MOTIVAÇÕES DE RETORNO DOS CANDIDATOS PRINCIPAIS (ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NOS DADOS DA OIM PORTUGAL RELATIVOS AO PROGRAMA ARVORE 2021-2025, N=591)

A leitura destes dados atesta que o desemprego assume a liderança como motivação de retorno, com quase 30% das respostas, acompanhado de perto pela situação económica em Portugal, que motiva o regresso de quase 23% dos titulares. Logo de seguida, emergem dificuldades do foro mais íntimo e físico, como a situação familiar e a saúde, que justificam o retorno de cerca de 14% e 12% dos indivíduos, respetivamente. No sentido oposto, reflete-se a pouca prevalência de eventuais alterações favoráveis no país de origem.

Atendendo a que a comunidade brasileira representa a maioria da amostra, importa isolar as motivações de regresso específicas desta nacionalidade (Anexo 10), dados que sugerem que o desemprego (25,68%) e a degradação económica (25,45%) motivam, em conjunto, mais de metade dos regressos. Já fatores familiares e de saúde mostram-se num plano secundário e as barreiras de regularização influenciam apenas cerca de 7% das decisões.

Estabelecido o cenário geral e a preponderância da nacionalidade brasileira na amostra, o passo seguinte exige uma análise cruzada das variáveis para mapear a sobreposição dos diferentes eixos de subordinação. Uma vez que as dificuldades de integração afetam a amostra de forma desigual, importa compreender o modo como a situação legal, o género, as habilitações e a dimensão familiar intensificam, ou não, a vulnerabilidade.

A avaliação do impacto do estatuto jurídico nas dificuldades vivenciadas em Portugal indica que a irregularidade se associa fortemente ao desemprego e à precariedade material. Este padrão sugere que a ausência de documentação transcende a mera exclusão do mercado formal, atirando sistematicamente os migrantes para a desproteção habitacional e para a margem dos mecanismos de apoio social (Anexo 11).

No que concerne à inserção no mercado de trabalho, os dados indicam uma forte segregação horizontal do mercado secundário baseada no género (Anexo 12). O desemprego penaliza quase metade das mulheres que assumem a posição de candidatas principais, e entre aquelas que conseguem ocupação remunerada, regista-se uma aglomeração quase exclusiva no setor das limpezas e do trabalho doméstico. Em contrapartida, a população masculina tende a ser absorvida pela construção civil, um setor tipicamente associado a um elevado desgaste físico e precariedade.

O cruzamento do percurso laboral com a escolaridade aponta para um cenário estrutural de desqualificação profissional (Anexo 13). Os dados sugerem que o capital académico não assegura proteção contra a exclusão, dado que requerentes com ensino superior ou secundário também enfrentam elevadas taxas de desemprego e tendem a partilhar ocupações indiferenciadas com migrantes de instrução básica. Este padrão indicia que a economia portuguesa absorve esta população predominantemente pela sua disponibilidade para preencher os estratos subalternos da hierarquia ocupacional.

O aprofundamento das vulnerabilidades exige também a análise do estatuto documental cruzada com as motivações de regresso, o que ilustra de que forma a irregularidade molda e acelera o desfecho do projeto.

A observação dos dados (Anexo 14) demonstra que embora a pressão financeira e o desemprego continuem a representar os grandes motivadores para o retorno em todos os

grupos, a impossibilidade de regularização também é um fator de repulsão central e específico para quem não se encontra regularizado, assim, estes dados evidenciam que a ausência de documentos tende a perpetuar o ciclo de precariedade contínua destes indivíduos.

Avançando para a dimensão etária, a exploração estatística revela a evolução nas trajetórias de exclusão e na decisão de retorno ao longo do ciclo de vida (Fig. 8)[20]. Entre os 18 e os 29 anos, o regresso é sobretudo motivado pelo desemprego. Já dos 30 aos 44, destacam-se o elevado custo de vida e as dificuldades económicas. Entre os 45 e os 59 anos, os problemas de saúde, associados ao desgaste físico do trabalho, ganham maior relevância, mantendo-se igualmente expressivos o desemprego e a situação económica. Já a partir dos 60 anos, os motivos de regresso distribuem-se entre problemas de saúde, desemprego e degradação económica.

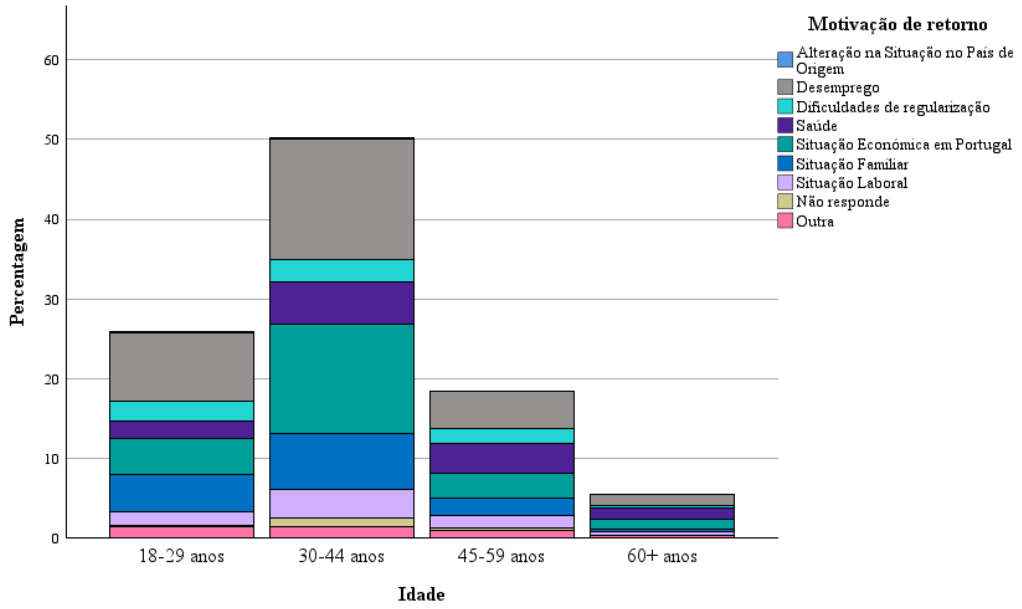


FIGURA 8 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA MOTIVAÇÃO DE RETORNO CONSOANTE O ESCALÃO ETÁRIO DOS CANDIDATOS PRINCIPAIS (ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NOS DADOS DA OIM PORTUGAL RELATIVOS AO PROGRAMA ARVORE 2021-2025, N=591)

[20] A leitura visual desta análise exigiu a recodificação da idade contínua numa nova variável dividida em quatro escalões etários. Veja-se o histograma da distribuição etária da amostra dos candidatos principais na Figura 4.

6. Vivências e significados da decisão de retorno

A componente qualitativa da presente investigação consubstancia-se na elaboração de estudos de caso assentes numa análise de narrativas biográficas. Estes relatos empíricos foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas, assumindo-se o estudo de caso como uma estratégia metodológica crucial que permite compreender a complexidade da interação das várias variáveis analisadas no capítulo anterior. Esta exploração permitirá ainda ultrapassar a abstração inevitável dos dados estatísticos, de modo a aceder diretamente aos significados subjetivos e à carga emocional que os próprios sujeitos entrevistados atribuem às suas trajetórias de imigração e ao posterior processo de retorno.

É através da análise das narrativas de João e Ana (nomes fictícios) que será possível densificar a leitura quantitativa previamente estabelecida ilustrando como a vulnerabilidade estrutural atua como o motor da mobilidade de saída assistida.

6.1. O caso de João e o esgotamento face ao bloqueio institucional

A primeira narrativa em análise pertence a João (Anexo 15), um cidadão brasileiro na casa dos trinta anos que desenvolve a sua atividade profissional no setor criativo digital e na produção de conteúdos na internet. A sua inserção inicial em território português ocorreu de forma precipitada num contexto puramente afetivo.

Contudo, esta conjuntura inicial mudou rapidamente e resultou numa situação de aprisionamento e isolamento, pelo que João descreve de forma incisiva o impacto deste acolhimento ao relatar que foi “para um relacionamento e a pessoa era muito tóxica", o que culminou num cenário de submissão onde ficou "um mês preso sem poder sair de casa". Assim que conseguiu sair, referindo nas suas próprias palavras que saiu "fugido da casa", João iniciou um percurso geográfico focado na sobrevivência emocional e financeira que o levou primeiro a "morar no Algarve" e depois à cidade do Porto, durante o seu curto ano de permanência no país.

A irregularidade documental emerge no discurso de João como uma barreira estrutural e não como um detalhe administrativo, pelo que o entrevistado diz que "a parte da documentação" era algo que o incomodava, uma vez que "não conseguia trabalhar em nenhum lugar" por se encontrar "sem contrato, sem nenhum vínculo". Segundo João, esta

invisibilidade jurídica colocou o migrante numa posição de precariedade laboral, contexto no qual lidava com o receio diário de que o empregador informasse simplesmente que não efetuaria o pagamento do salário acordado. Consequentemente, o impasse burocrático na legalização forçou o recurso inevitável a canais oficiosos e onerosos para garantir a identificação fiscal e a inscrição na Segurança Social. O participante ilustra a sua submissão a estas redes paralelas ao confirmar que a obtenção dos documentos "não foram pela lei", tendo recorrido a pagamentos ilícitos a terceiros e "por baixo da mesa" para conseguir contornar a situação.

Paralelamente a estes entraves legais, a precariedade habitacional revela-se um fator de enorme peso na configuração desta trajetória, intersetando-se com a dimensão da saúde física e ocupacional. A título de exemplo prático, João contou que o arrendamento inflacionado de um alojamento insalubre desencadeou no próprio patologias dermatológicas graves, explicando que o quarto que arrendou tinha muita humidade. Tais problemas clínicos não só prejudicaram a sua autoimagem como ditaram a sua exclusão temporária do mercado de trabalho e a consequente perda do que considerava parceiros comerciais estratégicos. De acordo com a entrevista, o somatório destas adversidades associado à observação da decadência de outros imigrantes imersos em lógicas de dependência química, gerou em João um sentimento de insustentabilidade estrutural que ditou o fim do seu projeto europeu.

Ao analisar as perceções do participante sobre a sua própria trajetória, constata-se que a experiência biográfica de João parece desafiar as visões mais lineares que tendem a catalogar o regresso estritamente como uma consequência de uma integração mal-sucedida ou de uma incapacidade adaptativa no mercado de trabalho recetor. Em vez de encarar o regresso como um fracasso ou um erro, João reconhece os benefícios da sua passagem por Portugal, sublinhando que a vivência o ajudou a crescer e lhe trouxe mais experiência do que sofrimento, dando especial destaque às amizades que construiu, aos contactos profissionais que estabeleceu e à melhoria do seu nível de inglês. Adicionalmente, a sua posterior adesão ao Programa ARVoRe corrobora esta leitura ao viabilizar a transição para um novo ciclo profissional através da submissão com sucesso e da consequente aprovação de um plano de negócios destinado a inaugurar uma agência de comunicação no Brasil, demonstrando o potencial transformador que o apoio institucional assume na reconfiguração da sua autonomia económica.

6.2. O caso de Ana e a violência da exclusão sistémica

A segunda trajetória biográfica analisada no âmbito deste capítulo é protagonizada por Ana (Anexo 16), uma mulher de nacionalidade brasileira também na faixa dos trinta anos e mãe de duas filhas que iniciou o seu projeto migratório no final do ano de 2023. O seu movimento internacional configurou-se primariamente como uma tentativa desesperada de sobrevivência e de distanciamento face a uma profunda e violenta crise conjugal vivida no Brasil, sendo que a decisão ponderada de cruzar o Atlântico fazendo-se acompanhar de uma das suas filhas menores visava essencialmente a reconstrução da sua autonomia financeira e a procura de um ambiente de desenvolvimento seguro.

De acordo com o testemunho de Ana, a chegada a Portugal e a vivência inicial alteraram a perceção de segurança idealizada antes da partida, sendo que a dependência em relação a uma rede informal de conhecidos se traduziu em condições habitacionais precárias, com a entrevistada a relatar de forma direta que acordavam "com baratas". A subsequente transição da entrevistada para um lar de idosos, por falta de alternativas no mercado de arrendamento, pode evidenciar como se articulam as barreiras de acesso à habitação e a inserção laboral em setores informais ou periféricos. Ana descreve ter ocupado o sótão do lar, referindo que o espaço era tão reduzido que não conseguiam "andar em pé" e que as duas camas de campismo cedidas para ela e para a filha lhe provocavam dores na coluna. A participante aponta ainda para irregularidades no pagamento do seu salário por parte da entidade patronal, associando estes atrasos a dificuldades pontuais na aquisição de alimentos para o agregado.

A vulnerabilidade de Ana foi aproveitada, à semelhança do que sucedeu com João, por intermediários desonestos que operam nas franjas do sistema, situação que a própria denuncia ao relatar ter pago a um homem em quem confiou para ser seu representante legal, que a enganou e nunca deu entrada da sua Manifestação de Interesse. Na prática diária, a ausência do documento inicial e fundamental funcionou como um bloqueio a qualquer tentativa de abertura de atividade junto das Finanças, inviabilizando a emissão de recibos verdes. Na sua opinião, este bloqueio burocrático sujeitou-a a episódios graves de abuso como cuidadora na residência de uma família, sendo que a participante descreve o filho do seu paciente como um "fascista e um soldadinho de Salazar" que a impedia de

usar as instalações sanitárias da casa, forçando-a a ter de se impor verbalmente para clarificar que era uma colaboradora e "não uma criada ou até uma escrava".

Não obstante o peso de todos os obstáculos acima mencionados, o fator crítico e definitivo para o acionamento urgente do regresso voluntário residiu no que Ana conta como violência institucional exercida sobre a sua filha menor dentro do sistema de ensino público português. De acordo com o relato da participante, a criança seria alvo sistemático de episódios de intimidação física e de xenofobia explícita no recinto escolar, que ocorreriam sob a inação dos adultos responsáveis pela sua salvaguarda. Na perspetiva de Ana, a contestação destes recorrentes comportamentos discriminatórios junto da direção escolar culminou numa retaliação administrativa que se materializou numa denúncia que considera infundada à CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens). Ana interpreta esta manobra como uma punição deliberada por ter reclamado os direitos básicos da filha o que ilustra de que modo a hostilidade do ambiente recetor pode atuar como um elemento de rutura e de expulsão para o agregado familiar.

Ana sentia-se "amordaçada" e conta que a decisão de aderir de urgência ao mecanismo de apoio ao retorno da OIM Portugal foi um ato de fuga para resgatar a integridade de uma família, que sumariza emocionada ao afirmar que a intervenção do programa salvou a sua vida e principalmente a da sua filha. Ana conta ainda que o apoio financeiro e logístico à reintegração viabiliza o investimento na abertura de um espaço comercial na área da estética num cómodo do seu atual apartamento, permitindo em simultâneo a retoma da sua formação universitária.

7. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A discussão dos resultados retoma a interrogação central formulada na introdução desta dissertação, que procurou compreender que motivações e contingências, de ordem individual e sistémica, justificam a decisão de acionar o retorno voluntário assistido no contexto português. Mais do que proceder a um teste formal de hipóteses estatísticas de causalidade, o presente trabalho assentou num desenho misto vocacionado para interpretar padrões empíricos e compreender as trajetórias humanas subjacentes aos registos do Programa ARVoRe.

A exploração dos dados quantitativos referentes aos 591 candidatos principais permitiu identificar padrões de exclusão e vulnerabilidade socioeconómica, marcados por uma forte prevalência de fatores económicos na justificação do regresso. O desemprego e a degradação da situação financeira em Portugal surgem como as motivações mais expressivas na amostra, refletindo um cenário de esgotamento de recursos materiais. No entanto, a análise estatística revelou também uma assinalável diversidade no perfil dos requerentes da emigração assistida. A presença de migrantes com variados níveis de escolaridade, incluindo indivíduos com formação superior, sugere que a precariedade laboral e as barreiras de inserção no mercado formal afetam transversalmente a população estrangeira.

Por outro lado, a análise qualitativa permitiu aceder às contingências individuais e familiares específicas que moldam a vivência da migração e do regresso. Os testemunhos biográficos ilustram as expectativas iniciais, os afetos e os custos emocionais associados à rutura do projeto de vida. Contudo, estas trajetórias singulares articulam-se de forma direta com barreiras contextuais comuns observadas no país de acolhimento. Entre os constrangimentos mais reportados sobressaem a morosidade e a incerteza nos processos de regularização documental, a pressão decorrente da crise habitacional e o impacto de episódios de discriminação ou de insuficiência das respostas de proteção social.

Ao cruzar a evidência empírica com o enquadramento teórico, os resultados aproximam-se das abordagens contemporâneas que recusam classificar o regresso sob a dualidade simplista do sucesso ou do fracasso (de Haas, Fokkema e Fihri, 2015). A decisão de regressar surge nas narrativas não como uma mera aceitação de derrota neoclássica (Cassarino, 2004), mas como uma resposta estratégica e consciente de autopreservação face a condições contextuais adversas. O estudo acrescenta à literatura sobre as migrações em Portugal ao demonstrar de que modo o programa de retorno assistido atua como um recurso viabilizador da mobilidade e de salvaguarda da dignidade individual perante cenários de imobilidade involuntária (Carling, 2004; King e Kuschminder, 2022).

8. CONCLUSÃO

A investigação desenvolvida ao longo desta dissertação procurou responder à questão central sobre as barreiras sistémicas e os fatores individuais que conduzem ao acionamento do apoio ao regresso. O principal contributo deste estudo reside na caracterização empírica e detalhada de 591 beneficiários do Programa ARVoRe, enriquecida pela análise de testemunhos diretos que dão voz às vivências da migração e do retorno. Os resultados indicam que a interrupção dos projetos migratórios nesta população se encontra associada a um conjunto de pressões materiais e administrativas, com destaque para a vulnerabilidade documental, a inserção num mercado de trabalho precário e os custos habitacionais elevados.

Importa, contudo, reconhecer com clareza as limitações metodológicas que delimitam o alcance do trabalho realizado. A componente qualitativa baseou-se numa amostra por conveniência cuja seleção inicial esteve sujeita à intermediação da OIM, o que circunscreveu o contacto aos utentes institucionalmente mais contactáveis e responsivos. Paralelamente, a vertente quantitativa utilizou uma base de dados administrativa secundária, desenhada originalmente para a gestão operacional de processos e não para a investigação científica, o que condicionou a diversidade das variáveis analisadas. Por estes motivos, os dados não permitem estabelecer relações de causalidade estatística nem generalizações indutivas para a totalidade da população imigrante em Portugal.

Estas limitações metodológicas constituem o ponto de partida para a formulação de recomendações para investigações futuras. Com o intuito de aprofundar o conhecimento nesta área, sugere-se a realização de pesquisas assentes em desenhos amostrais alargados e comparativos, que permitam contrastar o percurso dos migrantes que optam pelo regresso voluntário com o daqueles que, perante vulnerabilidades semelhantes, permanecem no território nacional. Recomenda-se igualmente o acompanhamento longitudinal dos indivíduos após a chegada aos seus países de origem, avaliando a sustentabilidade real do processo de reintegração (Cassarino, 2004), bem como a monitorização continuada dos efeitos práticos das recentes alterações à legislação de estrangeiros e à lei da nacionalidade.

Tendo em conta o conjunto de evidências reunidas, sobressai a necessidade de adequar as políticas públicas de acolhimento em Portugal, promovendo a celeridade administrativa na emissão de títulos de residência e garantindo mecanismos efetivos de acesso à habitação e ao trabalho digno. O recurso ao retorno voluntário assistido não deve ser interpretado de forma isolada, mas sim como um indicador crítico das fragilidades no sistema de integração. Tendo em conta que Portugal se assumiu progressivamente como uma encruzilhada de múltiplos sistemas migratórios num espaço europeu e atlântico (Góis, 2022), o fortalecimento destas respostas estruturais afigura-se indispensável para assegurar a sustentabilidade e a dignidade das trajetórias humanas em território nacional.

REFERÊNCIAS

AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo. (2024). *Relatório de Migrações e Asilo 2023*. Observatório das Migrações / AIMA.

Almeida, J. C. P., e Corkill, D. (2015). On Being Portuguese: Luso-tropicalism, Migrations and the Politics of Citizenship. Em E. Gutiérrez Rodríguez e S. A. Tate (Eds.), *Creolizing Europe: Legacies and Transformations* (pp. 157-174). Liverpool University Press.

Brettell, C. B. (2003). *Anthropology and migration: Essays on transnationalism, ethnicity, and identity*. AltaMira Press.

Carling, J. (2004). Emigration, return and development in Cape Verde: The impact of closing borders. *Population, Space and Place*, *10*(2), 113-132.

Cassarino, J.-P. (2004). Theorising return migration: The conceptual approach to return migrants revisited. *International Journal on Multicultural Societies*, *6*(2), 253-279.

Cassarino, J.-P. (2013). Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, *21*(41), 11-54.

Castles, S., de Haas, H., e Miller, M. (2014). *The age of migration. International population movements in the modern world* (5.ª ed.). Palgrave Macmillan.

Cerase, F. P. (1974). Expectations and reality: a case study of return migration from the United States to Southern Italy. *International Migration Review*, *8*(2), 245-262.

Comissão Europeia. (2021). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: A estratégia da UE sobre o regresso voluntário e a reintegração (COM/2021/120 final)*. Bruxelas: Comissão Europeia.

Costa, A. P. (2023). Uma análise da discriminação de imigrantes brasileiros em Portugal. Em E. Silva e C. Casimiro (Eds.), *Migrações, Famílias e Desigualdades* (pp. 53-83). ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

de Haas, H., Fokkema, T., e Fihri, M. F. (2015). Return Migration as Failure or Success? The Determinants of Return Migration Intentions Among Moroccan Migrants in Europe. *Journal of International Migration and Integration*, *16*(2), 415-429.

Fernandes, D., e Castro, M. da C. G. de. (2013). Migração e crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, *21*(41), 99-116.

Filho, Á. (2022, 30 de setembro). Brasil: eleições podem causar nova vaga migratória para Portugal? *A Mensagem de Lisboa*. https://amensagem.pt/2022/09/30/eleicoes-brasil-lula-bolsonaro-nova-vaga-migratoria-vistos-thais-frana-sociologa-pesa-mais-realidade-portugal/

Góis, P. (2022). Redes, interligações e sistemas migratórios num Portugal europeu e atlântico. *Relações Internacionais*, (75), 88-107.

Guarnizo, L. E. (1997). The emergence of a transnational social formation and the mirage of return migration among Dominican transmigrants. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, *4*(2), 281-322.

King, R., e Kuschminder, K. (2022). Introduction: definitions, typologies and theories of return migration. Em R. King e K. Kuschminder (Eds.), *Handbook of Return Migration* (pp. 1-23). Edward Elgar Publishing.

Lee, E. S. (1966). A theory of migration. *Demography*, *3*(1), 47-57.

Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., e Taylor, J. E. (1993). Theories of international migration. A review and appraisal. *Population and Development Review*, 19(3), 431-466.

Observatório das Migrações. (2026). *Imigrantes em situação de sem-abrigo em Portugal: Evidências, lacunas e desafios de política pública*. Observatório das Migrações.

Organização Internacional para as Migrações. (s.d.). *Programa ARVoRe: Apoio ao retorno voluntário e à reintegração*. OIM Portugal. https://portugal.iom.int/pt/retorno-voluntario-e-reintegracao

Pordata. (2024). *População estrangeira residente: total e por enquadramento legal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. https://www.pordata.pt/portugal/populacao+estrangeira+residente+total+e+por+enquadramento+legal-1995

Pordata. (2025). *População residente estrangeira que adquiriu nacionalidade portuguesa: total e por principais nacionalidades anteriores*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. https://www.pordata.pt/portugal/populacao+residente+estrangeira+que+adquiriu+nacionalidade+portuguesa+total+e+por+principais+nacionalidades+anteriores-3249

Pordata. (2026). *Contributo dos saldos natural e migratório para a variação populacional anual (%)*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. https://www.pordata.pt/portugal/contributo+dos+saldos+natural+e+migratorio+para+a+variacao+populacional+anual+(percentagem)-762

Ruffato, L. (2009). *Estive em Lisboa e lembrei de você*. Companhia das Letras.

Sousa, C. U. de. (2024). A Dessecuritização da Política de Imigração em Portugal: Separação entre Gestão das Migrações e Segurança Interna. *JANUS.NET, e-journal of International Relations*, *15*(2), 35-54.

LEGISLAÇÃO (ORDEM CRONOLÓGICA)

Lei n.º 23/2007, de 4 de julho

Lei Orgânica n.º 1/2024, de 5 de março

ANEXOS[21]

ANEXO 1: POPULAÇÃO RESIDENTE ESTRANGEIRA: TOTAL E POR ENQUADRAMENTO LEGAL

Anos	População estrangeira residente					
	Total	Com permanência regular				Vistos de Longa Duração concedidos pelo MNE
		Total	Com estatuto legal de residente	Prorrogações de Autorizações de Permanência	Prorrogações de Vistos de Longa Duração	
2020	669 004	662 095	661 607	//	488	x
2021	710 469	698 887	698 536	//	351	x
2022	798 480	781 915	781 247	//	668	x
2023	x	1 044 606	1 044 238	//	368	x

// Não aplicável; x Valor não disponível

Fonte: PORDATA (2024)

ANEXO 2: CONTRIBUTO DOS SALDOS NATURAL E MIGRATÓRIO PARA A VARIAÇÃO POPULACIONAL ANUAL (%)

Anos	Saldos populacionais		
	Total	Natural	Migratório
2021	⊥ 100,0	⊥ 15,3	⊥ 84,7
2022	100,0	9,9	90,1
2023	100,0	9,6	90,4
2024	100,0	13,5	86,5
2025	100,0	32,5	67,5

⊥ Quebra de série

Fonte: PORDATA (2026)

ANEXO 3: POPULAÇÃO RESIDENTE ESTRANGEIRA QUE ADQUIRIU NACIONALIDADE PORTUGUESA: TOTAL E POR PRINCIPAIS NACIONALIDADES ANTERIORES

Anos	Nacionalidade anterior	
	Total	Brasil
2021	24 516	7 736
2022	20 844	6 404
2023	16 985	5 473
2024	20 624	7 187

Fonte: PORDATA (2025)

[21] Todas as tabelas e gráficos, exceto indicação contrária, foram elaborados pela autora com base nos dados da OIM Portugal relativos ao Programa ARVoRe 2021-2025.

ANEXO 4: DISTRIBUIÇÃO POR NACIONALIDADE DOS CANDIDATOS PRINCIPAIS

Estatísticas

Nacionalidade

N	Válido	590
	Omisso	1

Nacionalidade

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	África do Sul	1	,2	,2	97,5
	Angola	5	,8	,8	92,0
	Argélia	1	,2	,2	97,6
	Argentina	5	,8	,8	92,9
	Bangladesh	1	,2	,2	97,8
	Brasil	444	75,1	75,3	75,3
	Cabo Verde	4	,7	,7	94,4
	Cazaquistão	1	,2	,2	98,0
	China	1	,2	,2	98,1
	Colômbia	15	2,5	2,5	87,6
	El Salvador	1	,2	,2	98,3
	Filipinas	1	,2	,2	98,5
	Gâmbia	2	,3	,3	95,9
	Guiné-Bissau	5	,8	,8	93,7
	Guiné-Conakry	1	,2	,2	98,6
	Índia	8	1,4	1,4	89,0
	Iraque	2	,3	,3	96,3
	México	1	,2	,2	98,8
	Moçambique	4	,7	,7	95,1
	Moldávia	3	,5	,5	95,6
	Namíbia	1	,2	,2	99,0
	Nepal	1	,2	,2	99,2
	Paquistão	1	,2	,2	99,3
	Perú	2	,3	,3	96,6
	Reino Unido	1	,2	,2	99,5
	São Tomé e Príncipe	7	1,2	1,2	90,2
	Senegal	2	,3	,3	96,9
	Serra Leoa	2	,3	,3	97,3
	Somália	1	,2	,2	99,7
	Sri Lanka	1	,2	,2	99,8
	Timor-Leste	58	9,8	9,8	85,1
	Ucrânia	1	,2	,2	100,0
	Venezuela	6	1,0	1,0	91,2
	Total	590	99,8	100,0	
Omisso	Sistema	1	,2		
Total		591	100,0		

ANEXO 5: DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO DOS CANDIDATOS PRINCIPAIS

Estatísticas

Género

N	Válido	591
	Omisso	0

Género

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Feminino	275	46,5	46,5	46,5
	Masculino	316	53,5	53,5	100,0
	Total	591	100,0	100,0	

ANEXO 6: DISTRIBUIÇÃO POR ESTADO CIVIL DOS CANDIDATOS PRINCIPAIS

Estatísticas

Estado Civil

N	Válido	591
	Omisso	0

Estado Civil

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Casado(a)	201	34,0	34,0	34,0
	Divorciado(a)	52	8,8	8,8	42,8
	Não responde	1	,2	,2	43,0
	Separado(a)	24	4,1	4,1	47,0
	Solteiro(a)	256	43,3	43,3	90,4
	União de facto	50	8,5	8,5	98,8
	Viúvo(a)	7	1,2	1,2	100,0
	Total	591	100,0	100,0	

ANEXO 7: DISTRIBUIÇÃO POR QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA DOS CANDIDATOS PRINCIPAIS

Estatísticas

Qualificações académicas

N	Válido	543
	Omisso	48

Qualificações académicas

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Analfabeto	5	,8	,9	,9
	Básico	98	16,6	18,0	19,0
	Curso técnico	19	3,2	3,5	22,5
	Estudos pós-graduados	9	1,5	1,7	24,1
	Mestrado	1	,2	,2	24,3
	Não responde/Outra	9	1,5	1,7	26,0
	Nenhum	4	,7	,7	26,7
	Primária	12	2,0	2,2	28,9
	Secundário	250	42,3	46,0	75,0
	Secundário (incompleto)	50	8,5	9,2	84,2
	Universitário	59	10,0	10,9	95,0
	Universitário (incompleto)	27	4,6	5,0	100,0
	Total	543	91,9	100,0	
Omisso	Sistema	48	8,1		
Total		591	100,0		

ANEXO 8: DISTRIBUIÇÃO POR SITUAÇÃO LEGAL EM PORTUGAL DOS CANDIDATOS PRINCIPAIS

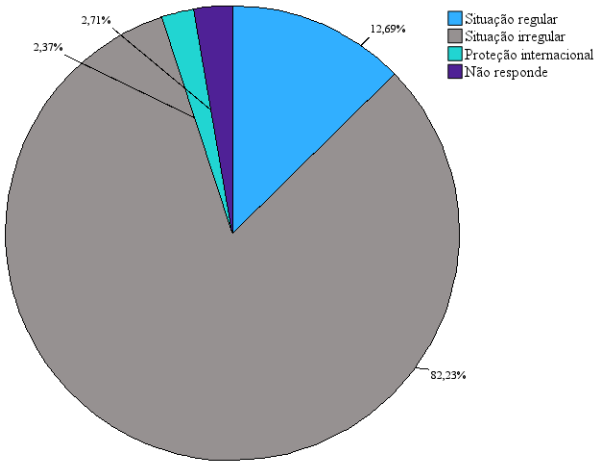
Estatísticas

Situação legal em Portugal

N	Válido	591
	Omisso	0

Situação legal em Portugal

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sem visto	386	65,3	65,3	65,3
	Autorização de residência	61	10,3	10,3	75,6
	Visto caducado	58	9,8	9,8	85,4
	Indocumentado	27	4,6	4,6	90,0
	Não responde	16	2,7	2,7	92,7
	Autorização de residência caducada	13	2,2	2,2	94,9
	Com visto	12	2,0	2,0	97,0
	Requerente de asilo	11	1,9	1,9	98,8
	Refugiado	3	,5	,5	99,3
	Autorização de permanência caducada	2	,3	,3	99,7
	Salvo conduto	2	,3	,3	100,0
	Total	591	100,0	100,0	



ANEXO 9: DISTRIBUIÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE LABORAL DOS CANDIDATOS PRINCIPAIS

Estatísticas

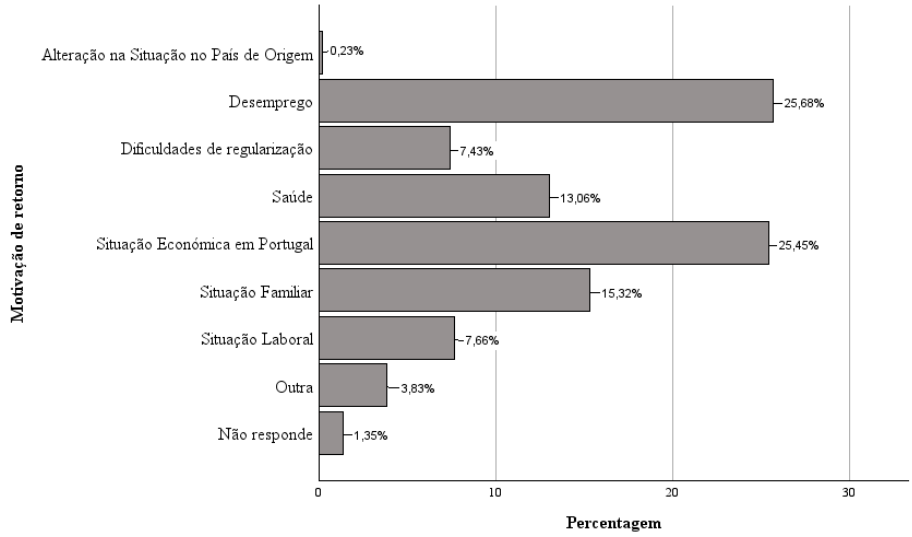
Setor de atividade laboral

N	Válido	591
	Omisso	0

Setor de atividade laboral

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Desemprego/Sem profissão	235	39,8	39,8	39,8
	Estudantes	5	,8	,8	99,8
	Reformados	1	,2	,2	100,0
	Agricultura	42	7,1	7,1	90,4
	Construção civil	75	12,7	12,7	52,5
	Indústria	26	4,4	4,4	94,8
	Serviços - limpezas/ama/outros serviços domésticos	59	10,0	10,0	73,6
	Serviços - outros indiferenciados	66	11,2	11,2	63,6
	Serviços - restauração/hotelaria	57	9,6	9,6	83,2
	Outro	15	2,5	2,5	97,3
	Não responde	10	1,7	1,7	99,0
	Total	591	100,0	100,0	

ANEXO 10: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA PELAS MOTIVAÇÕES DE RETORNO DOS CANDIDATOS PRINCIPAIS DE NACIONALIDADE BRASILEIRA (N=444)



ANEXO 11: DISTRIBUIÇÃO POR DIFICULDADES SENTIDAS EM PORTUGAL CONSOANTE A SITUAÇÃO LEGAL DOS CANDIDATOS PRINCIPAIS

Resumo de caso

	Casos					
	Válido		Omisso		Total	
	N	Percentagem	N	Percentagem	N	Percentagem
Dificuldades sentidas em Portugal x Situação legal	579	98,0%	12	2,0%	591	100,0%

Tabulação cruzada Dificuldades sentidas em Portugal x Situação legal

			Situação legal				
			Situação regular	Situação irregular	Proteção internacional	Não responde	Total
Dificuldades sentidas em Portugal	Desemprego	Contagem	24	222	9	4	259
		% em Situação legal	33,3%	46,4%	69,2%	25,0%	
	Dificuldades de regularização	Contagem	16	134	3	4	157
		% em Situação legal	22,2%	28,0%	23,1%	25,0%	
	Habitação	Contagem	23	161	2	3	189
		% em Situação legal	31,9%	33,7%	15,4%	18,8%	
	Integração/Discriminação em Portugal	Contagem	10	67	2	3	82
		% em Situação legal	13,9%	14,0%	15,4%	18,8%	
	Língua	Contagem	1	18	3	0	22
		% em Situação legal	1,4%	3,8%	23,1%	0,0%	
	Não responde	Contagem	1	8	0	0	9
		% em Situação legal	1,4%	1,7%	0,0%	0,0%	
	Nenhuma	Contagem	0	2	0	0	2
		% em Situação legal	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	
	Outra	Contagem	6	44	3	1	54
		% em Situação legal	8,3%	9,2%	23,1%	6,3%	
	Pouca informação à partida	Contagem	0	21	0	0	21
		% em Situação legal	0,0%	4,4%	0,0%	0,0%	
	Saudades/Desejo de regressar ao país de origem	Contagem	4	38	0	4	46
		% em Situação legal	5,6%	7,9%	0,0%	25,0%	
	Saúde	Contagem	13	70	2	4	89
		% em Situação legal	18,1%	14,6%	15,4%	25,0%	
	Situação económica	Contagem	27	221	3	4	255
		% em Situação legal	37,5%	46,2%	23,1%	25,0%	
	Situação familiar em Portugal	Contagem	8	62	0	1	71
		% em Situação legal	11,1%	13,0%	0,0%	6,3%	
Total		Contagem	72	478	13	16	579

ANEXO 12: DISTRIBUIÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE LABORAL CONSOANTE O GÉNERO DOS CANDIDATOS PRINCIPAIS

Resumo de processamento de casos

	Casos					
	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
Setor de atividade laboral x Qualificações académicas	543	91,9%	48	8,1%	591	100,0%

Tabulação cruzada Setor de atividade laboral x Género

			Género		
			Feminino	Masculino	Total
Setor de atividade laboral	Desemprego/Sem profissão	Contagem	131	104	235
		% em Setor de atividade laboral	55,7%	44,3%	100,0%
		% em Género	47,6%	32,9%	39,8%
	Estudantes	Contagem	1	4	5
		% em Setor de atividade laboral	20,0%	80,0%	100,0%
		% em Género	0,4%	1,3%	0,8%
	Reformados	Contagem	1	0	1
		% em Setor de atividade laboral	100,0%	0,0%	100,0%
		% em Género	0,4%	0,0%	0,2%
	Agricultura	Contagem	6	36	42
		% em Setor de atividade laboral	14,3%	85,7%	100,0%
		% em Género	2,2%	11,4%	7,1%
	Construção civil	Contagem	1	74	75
		% em Setor de atividade laboral	1,3%	98,7%	100,0%
		% em Género	0,4%	23,4%	12,7%
	Indústria	Contagem	11	15	26
		% em Setor de atividade laboral	42,3%	57,7%	100,0%
		% em Género	4,0%	4,7%	4,4%
	Serviços - limpezas/ama/outros serviços domésticos	Contagem	51	8	59
		% em Setor de atividade laboral	86,4%	13,6%	100,0%
		% em Género	18,5%	2,5%	10,0%
	Serviços - outros indiferenciados	Contagem	28	38	66
		% em Setor de atividade laboral	42,4%	57,6%	100,0%
		% em Género	10,2%	12,0%	11,2%
	Serviços - restauração/hotelaria	Contagem	34	23	57
		% em Setor de atividade laboral	59,6%	40,4%	100,0%
		% em Género	12,4%	7,3%	9,6%
	Outro	Contagem	9	6	15
		% em Setor de atividade laboral	60,0%	40,0%	100,0%
		% em Género	3,3%	1,9%	2,5%
	Não responde	Contagem	2	8	10
		% em Setor de atividade laboral	20,0%	80,0%	100,0%
		% em Género	0,7%	2,5%	1,7%
Total		Contagem	275	316	591
		% em Setor de atividade laboral	46,5%	53,5%	100,0%
		% em Género	100,0%	100,0%	100,0%

ANEXO 13: DISTRIBUIÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE LABORAL CONSOANTE AS QUALIFICAÇÕES ACADÉMICAS DOS CANDIDATOS PRINCIPAIS

Resumo de processamento de casos

	Casos					
	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
Setor de atividade laboral x Qualificações académicas	543	91,9%	48	8,1%	591	100,0%

Tabulação cruzada Setor de atividade laboral x Qualificações académicas

			Qualificações académicas												
			Nenhum	Analfabeto	Primária	Básico	Secundário (incompleto)	Secundário	Curso técnico	Universitário (incompleto)	Universitário	Estudos pós-graduados	Mestrado	Não responde/Outra	Total
Setor de atividade laboral	Desemprego/Sem profissão	Contagem	1	4	5	45	20	95	6	11	25	3	0	2	217
		% em Setor de atividade laboral	0,5%	1,8%	2,3%	20,7%	9,2%	43,8%	2,8%	5,1%	11,5%	1,4%	0,0%	0,9%	100,0%
		% em Qualificações académicas	25,0%	80,0%	41,7%	45,9%	40,0%	38,0%	31,6%	40,7%	42,4%	33,3%	0,0%	22,2%	40,0%
	Estudantes	Contagem	0	0	0	1	0	2	0	0	2	0	0	0	5
		% em Setor de atividade laboral	0,0%	0,0%	0,0%	20,0%	0,0%	40,0%	0,0%	0,0%	40,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% em Qualificações académicas	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%	0,0%	0,8%	0,0%	0,0%	3,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%
	Reformados	Contagem	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		% em Setor de atividade laboral	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% em Qualificações académicas	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
	Agricultura	Contagem	2	0	0	3	3	24	0	3	3	1	0	1	40
		% em Setor de atividade laboral	5,0%	0,0%	0,0%	7,5%	7,5%	60,0%	0,0%	7,5%	7,5%	2,5%	0,0%	2,5%	100,0%
		% em Qualificações académicas	50,0%	0,0%	0,0%	3,1%	6,0%	9,6%	0,0%	11,1%	5,1%	11,1%	0,0%	11,1%	7,4%
	Construção civil	Contagem	0	0	2	18	8	29	2	3	3	0	0	2	67
		% em Setor de atividade laboral	0,0%	0,0%	3,0%	26,9%	11,9%	43,3%	3,0%	4,5%	4,5%	0,0%	0,0%	3,0%	100,0%
		% em Qualificações académicas	0,0%	0,0%	16,7%	18,4%	16,0%	11,6%	10,5%	11,1%	5,1%	0,0%	0,0%	22,2%	12,3%
	Indústria	Contagem	0	0	1	2	3	15	2	0	2	0	0	1	26
		% em Setor de atividade laboral	0,0%	0,0%	3,8%	7,7%	11,5%	57,7%	7,7%	0,0%	7,7%	0,0%	0,0%	3,8%	100,0%
		% em Qualificações académicas	0,0%	0,0%	8,3%	2,0%	6,0%	6,0%	10,5%	0,0%	3,4%	0,0%	0,0%	11,1%	4,8%
	Serviços - limpezas/ama/outros serviços domésticos	Contagem	0	1	2	10	4	25	3	1	6	1	0	1	54
		% em Setor de atividade laboral	0,0%	1,9%	3,7%	18,5%	7,4%	46,3%	5,6%	1,9%	11,1%	1,9%	0,0%	1,9%	100,0%
		% em Qualificações académicas	0,0%	20,0%	16,7%	10,2%	8,0%	10,0%	15,8%	3,7%	10,2%	11,1%	0,0%	11,1%	9,9%
	Serviços - outros indiferenciados	Contagem	0	0	1	9	8	24	2	5	5	3	1	2	60
		% em Setor de atividade laboral	0,0%	0,0%	1,7%	15,0%	13,3%	40,0%	3,3%	8,3%	8,3%	5,0%	1,7%	3,3%	100,0%
		% em Qualificações académicas	0,0%	0,0%	8,3%	9,2%	16,0%	9,6%	10,5%	18,5%	8,5%	33,3%	100,0%	22,2%	11,0%
	Serviços - restauração/hotelaria	Contagem	0	0	1	7	4	25	2	4	12	0	0	0	55
		% em Setor de atividade laboral	0,0%	0,0%	1,8%	12,7%	7,3%	45,5%	3,6%	7,3%	21,8%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% em Qualificações académicas	0,0%	0,0%	8,3%	7,1%	8,0%	10,0%	10,5%	14,8%	20,3%	0,0%	0,0%	0,0%	10,1%
	Outro	Contagem	0	0	0	1	0	6	2	0	0	0	0	0	9
		% em Setor de atividade laboral	0,0%	0,0%	0,0%	11,1%	0,0%	66,7%	22,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% em Qualificações académicas	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%	0,0%	2,4%	10,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,7%
	Não responde	Contagem	1	0	0	1	0	5	0	0	1	1	0	0	9
		% em Setor de atividade laboral	11,1%	0,0%	0,0%	11,1%	0,0%	55,6%	0,0%	0,0%	11,1%	11,1%	0,0%	0,0%	100,0%
		% em Qualificações académicas	25,0%	0,0%	0,0%	1,0%	0,0%	2,0%	0,0%	0,0%	1,7%	11,1%	0,0%	0,0%	1,7%
Total		Contagem	4	5	12	98	50	250	19	27	59	9	1	9	543
		% em Setor de atividade laboral	0,7%	0,9%	2,2%	18,0%	9,2%	46,0%	3,5%	5,0%	10,9%	1,7%	0,2%	1,7%	100,0%
		% em Qualificações académicas	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

ANEXO 14: DISTRIBUIÇÃO POR MOTIVAÇÃO DE RETORNO CONSOANTE A SITUAÇÃO LEGAL EM PORTUGAL

Resumo de processamento de casos

	Casos					
	Válido		Omisso		Total	
	N	Percentagem	N	Percentagem	N	Percentagem
Motivação de retorno X Situação legal em Portugal	591	100,0%	0	0,0%	591	100,0%

Tabulação cruzada Motivação de retorno X Situação legal em Portugal

			Situação legal em Portugal				
			Situação regular	Situação irregular	Proteção internacional	Não responde	Total
Motivação de retorno	Alteração na Situação no País de Origem	Contagem	0	1	1	0	2
		% em Motivação de retorno	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	100,0%
		% em Situação legal em Portugal	0,0%	0,2%	7,1%	0,0%	0,3%
	Desemprego	Contagem	27	143	3	1	174
		% em Motivação de retorno	15,5%	82,2%	1,7%	0,6%	100,0%
		% em Situação legal em Portugal	36,0%	29,4%	21,4%	6,3%	29,4%
	Dificuldades de regularização	Contagem	2	41	0	2	45
		% em Motivação de retorno	4,4%	91,1%	0,0%	4,4%	100,0%
		% em Situação legal em Portugal	2,7%	8,4%	0,0%	12,5%	7,6%
	Saúde	Contagem	12	55	3	3	73
		% em Motivação de retorno	16,4%	75,3%	4,1%	4,1%	100,0%
		% em Situação legal em Portugal	16,0%	11,3%	21,4%	18,8%	12,4%
	Situação Económica em Portugal	Contagem	17	110	4	3	134
		% em Motivação de retorno	12,7%	82,1%	3,0%	2,2%	100,0%
		% em Situação legal em Portugal	22,7%	22,6%	28,6%	18,8%	22,7%
	Situação Familiar	Contagem	10	68	2	5	85
		% em Motivação de retorno	11,8%	80,0%	2,4%	5,9%	100,0%
		% em Situação legal em Portugal	13,3%	14,0%	14,3%	31,3%	14,4%
	Situação Laboral	Contagem	4	39	0	0	43
		% em Motivação de retorno	9,3%	90,7%	0,0%	0,0%	100,0%
		% em Situação legal em Portugal	5,3%	8,0%	0,0%	0,0%	7,3%
	Não responde	Contagem	3	6	0	0	9
		% em Motivação de retorno	33,3%	66,7%	0,0%	0,0%	100,0%
		% em Situação legal em Portugal	4,0%	1,2%	0,0%	0,0%	1,5%
	Outra	Contagem	0	23	1	2	26
		% em Motivação de retorno	0,0%	88,5%	3,8%	7,7%	100,0%
		% em Situação legal em Portugal	0,0%	4,7%	7,1%	12,5%	4,4%
Total		Contagem	75	486	14	16	591
		% em Motivação de retorno	12,7%	82,2%	2,4%	2,7%	100,0%
		% em Situação legal em Portugal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

ANEXO 15: NOTAS DE TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM JOÃO

Entrevistadora: ***(Apresentação e questão sobre o consentimento informado e proteção dos dados)***

João: Então eu sou o João tenho trinta e três anos […] Eu trabalho com internet já faz mais de dez anos eu gravo vídeo desde a época do YouTube e tal […] Anos atrás mais ou menos já comecei a dar muito certo com a internet no TikTok e no Instagram. Eu fazia drag queen, eu me montava, fazia maquilhagem […] E daí eu decidi que eu ia trabalhar com isso […] Eu juntei um dinheiro e fui para Portugal. Quando eu fui para Portugal comecei a fazer algumas coisas de trabalho, também comecei a divulgar empresas. Então tinha alguns restaurantes que me mandavam comida para eu experimentar, lanchonete brasileira para eu gravar para o público brasileiro que morava em Portugal […] Só que no início eu comecei a ter muito problema porque eu fui para um relacionamento e a pessoa era muito tóxica, ela não deixava eu sair, eu fiquei um mês preso sem poder sair de casa… Tinha acabado de chegar num outro país. Nunca tinha viajado para fora […] E foi bem complicado assim, meio que saí fugido da casa da pessoa e fui morar no Algarve, nem sabia o que era nem sabia que existia isso […].

E: O que é que o levou a tomar a decisão de emigrar para Portugal?

J: Queria uma mudança de vida. Eu acho que aqui no Brasil se vende muito a ideia de que Portugal é o lugar que a gente vai conseguir uma vida melhor uma vida estável e como eu não tenho algo que me prende ao país eu falei: "vou tentar vou ver o que vai dar". A ideia era ficar três meses porque eu fui como turista e eu não conseguia conhecer essa pessoa, a pessoa falou, "vem aqui comigo a gente resolve os documentos e você vai ficando aqui". Eu não sabia o que era… eu tinha pesquisado algumas coisas sobre título de residência, essas coisas, mas eu não sabia muito porque foi muito pouco tempo. Em agosto eu decidi que eu ia começar a procurar um jeito de ir e em novembro eu já estava indo. Foi preparação de três meses mais ou menos, foi muito rápido. Eu arrendava uma casa, tinha um podcast, gravava vídeos e tinha uma carreira boa na minha cidade. Então eu decidi vender todas as minhas coisas juntei o dinheiro que eu tinha e fui […] Tive certeza que aí é muito melhor que o Brasil em questão financeira, a estabilidade financeira é muito boa […] Eu gravava conteúdos relacionados a Portugal então o meu nicho aumentou e eu consegui trabalhar bem. Só que eu fui conhecendo muitas pessoas que

tentaram passar a perna em mim. Eu peguei fungo no meu rosto… ainda tem uma manchinha bem pequena, mas antigamente era tudo muito manchado por conta de que eu fui arrendar um quarto e esse quarto tinha muita humidade e daí passou para o meu rosto.

[…] Mas… Eu acho que faz parte do imigrante, ou ex-imigrante no caso, sentir saudade. Então às vezes eu sinto falta e arrependimento de ter saído daí. Mas eu acho que se eu tivesse ficado por mais tempo eu ia aumentar a bola de neve. Eu ia estar empurrando os problemas com a barriga, sabe? […] Eu liguei no escritório da OIM, fiz uma entrevista, fui até ao escritório conversar e fiquei um pouco hesitante. Acordei e falei: "eu vou pelo menos para saber como funciona". Cheguei […] contei as coisas que tinham acontecido e ela falou "vamos ver se você vai ser aceite no projeto ou não". Demorou algum tempo, acho que passou um mês mais ou menos, ela avisou: "olha você foi aceite você pretende ir quando?" […] Foi quando conseguimos fazer todo o processo, ela já tinha todos os meus documentos e ela comprou a passagem para mim tudo certinho. Fui para Lisboa de autocarro e cheguei ao aeroporto.

[…] Daí ela me explicou sobre a ajuda do retorno financeiro se eu precisasse. Até então eu não tinha pensamento sobre isso porque eu não sabia e eu estava vindo já pensando em reconstruir todas as minhas coisas. […] A senhora perguntou: "quando você estiver lá no Brasil o que quer fazer?". Perguntei primeiro o que era porque não gosto de pegar coisas que talvez não sejam para mim havendo outra pessoa precisando. Ela falou que era para abrir o meu próprio negócio para ter uma ajuda para me reerguer. Eu escrevi, assinei e passou umas três semanas quando já estava no Brasil conversei com a pessoa e fiz o projeto tudo bonitinho.

E: […] quando saiu do Brasil tinha a ideia que ia ficar para sempre em Portugal ou tinha a ideia que iria alguma vez voltar? Pensava na sua emigração como definitiva ou algo temporário?

J: Então eu sempre fui muito pé no chão. Eu ia preparado para se eu precisasse voltar. Antes de eu sair do Brasil eu falava "se der errado eu volto". Mas depois que eu já estava aí, fiquei um ano, consegui ter um círculo de amizades muito grande, já trabalhei em alguns lugares, conheci muita gente de fora e já não queria mais voltar. Só que realmente eu pensava em voltar para visitar a família. Depois eu fui vendo que estava empurrando com a barriga muita coisa estava acontecendo. Nunca passei necessidade financeira

graças a Deus, nunca precisei pedir comida. Mas foi mais uma questão de não conseguir os documentos. A parte da documentação era algo que estava me pegando porque eu não conseguia trabalhar em nenhum lugar. Sem contrato, sem nenhum vínculo e corria o risco de a pessoa falar que não ia pagar […].

E: […] como é que descreveria a sua experiência em Portugal e como é que acha que os portugueses o viam? E como é que acha que os brasileiros em casa o viam emigrado noutro país?

J: […] Eu tive muita amizade com pessoas LGBT. Em Portugal tem muito imigrante LGBT. Tem muitos brasileiros aqui que moram aí e tem uma vida estável. Eu nunca usei droga na minha vida. Só que eu percebi que eles tomavam conforto na droga, então me incomodava muito mesmo as pessoas próximas a mim. Eu não sabia como que era ainda. Havia muita droga nas baladas, nas festas. […] Havia uma mulher que fumava e cheirava cocaína a noite inteira e morava em Portugal há vinte e cinco anos, era brasileira. Fiquei na casa dela acho que dois meses. […] Ela meio que parou no tempo. Depois eu fui percebendo que é a droga que faz isso com a pessoa. Eu pagava a renda da casa para ela e ela não passava para o senhorio. Com o tempo o meu rosto foi piorando e ela passava a madrugada inteira levando gente dentro de casa usando drogas e bebendo. Ela queria que eu ficasse vivendo a vida junto com ela. […] Eu fiquei um tempo lá e depois o senhor morreu e ela foi despejada não tinha como ter dinheiro para pagar.

[…] Fiquei muito mal. Mas eu conheci donos de comércio aí que são portugueses que são LGBT e eles me acolheram muito bem. Fiz alguns freelancers com eles aprendi mais inglês aumentou a minha gama de experiência do que me deixou mal. Acho que o que me fez ficar com mais medo de desapegar foi mais isso das coisas que eu tinha aprendido das amizades que eu tinha feito […] decidi ir embora para o Porto que é uma cidade maravilhosa. Foi uma mudança grande.

E: Houve algum momento específico de viragem em que pensou "agora tenho que voltar"? O que é que o fez começar a pensar em voltar para o Brasil?

J: Eu não tive essa virada de chave. Como eu já tinha aceite que talvez eu teria que voltar um dia não foi algo que eu falei "hoje eu volto para o Brasil". Acho que faz parte da imigração você sempre querer voltar para o seu país. […] Sempre uma dúvida, a gente nunca sabe. Se não tem uma estabilidade é diferente. Quando procurei a OIM e fui

chamado eu decidi, "vou voltar". Não me arrependo de ter voltado eu gosto muito do Brasil. Aqui é um lugar que dá para a gente viver bem também. […]

E: Quando voltou encontrou o Brasil igual ou acha que tinha uma perspetiva diferente?

J: Eu tinha mais esperança no Brasil porque aí eu não tinha esperança. Quando eu comecei a trabalhar e gravar vídeos achava que não ia dar certo. Quando voltei falei "agora eu vou fazer acontecer vai dar certo". A minha mente abriu um pouco mais para fazer as coisas darem certo. […]

E: Como foi a reação dos seus familiares e dos amigos no Brasil?

J: Ninguém sabia. Não contei para ninguém porque não sabia como ia ser. Eu moro no interior a três horas de São Paulo, cheguei ao aeroporto de Guarulhos e tive que apanhar um autocarro para o interior. Cheguei em São Paulo de noite. […] Tive que avisar a meio do caminho. A família ficou muito feliz esperavam-me de braços abertos. Foi no final de semana e estava todo o mundo aqui […].

E: Enquanto estava em Portugal partilhava com a sua família como estava a correr?

J: Sim sempre falava. Tinha coisas que eu não contava, mas a maioria sim […].

E: Qual era o pensamento da família quando decidiu ir para Portugal?

J: Achavam loucura perguntavam o que é que você vai fazer lá. A parte do namorado eu não contei para não ficarem mais preocupados. Eu tinha dinheiro e fui preparado

[…]. Os processos aí são muito demorados […] Demorei dois meses para conseguir abrir conta no banco. Tinha horário e eu morava em Portimão e tive que ir para Lisboa assinar todos os documentos até chegar o cartão.

E: Pensa em voltar a Portugal?

J: Eu quero voltar. Como agora tenho que ficar três anos ou cinco anos de castigo eu quero voltar, mas do jeito certo. Eu quero ficar aí porque é um país que me acolheu muito bem é um país legal.

[…]

E: Se pudesse falar com o João de dois mil e vinte e quatro o que é que lhe diria?

J: Vá com a documentação certa, vá do jeito certo porque pode dar muito errado. Graças a Deus deu certo para mim, sou muito sortudo. É um país que abriu muitas portas desde a comida até às amizades. Tive várias oportunidades. Não é fácil andar com medo da polícia. Eu não tinha o título de residência […] queriam cobrar muito caro. Quando fui à OIM expliquei a situação. Os documentos fiscais que fiz não foram pela lei foram por baixo da mesa.

[…]

Um amigo meu brasileiro pagou a um advogado mil e seiscentos euros para fazer o título de residência.

[…]

ANEXO 16: NOTAS DE TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ANA

Entrevistadora: ***(Apresentação e questão sobre o consentimento informado e proteção dos dados)***

Ana: […] sou mãe de duas meninas – uma de 21 e uma de 15 anos – e já sou avó de dois netos. Venho de uma situação social desfavorecida, mas sou uma mulher sonhadora. O que me levou a Portugal foi uma tentativa de me reerguer após o fim doloroso do meu casamento. Eu era casada, nós tínhamos comprado casa, tínhamos empregos estáveis, estávamos cursando a faculdade, frequentávamos a nossa igreja e a comunidade local, mas o meu marido saiu da linha e aprontou bastante com traições. Fiquei numa situação de muita vergonha e vulnerabilidade perante a sociedade.

Para tentar salvar o casamento, mudámo-nos para outra cidade no Paraná, com menos de 3000 habitantes. Vendi tudo, ficámos apenas com um carro inferior e eu montei uma loja de roupas para ter o meu próprio negócio. Só que o meu marido não aguentou o perrengue e a vida difícil, a mãe dele foi buscá-lo e ele deixou-me lá sozinha. Como a cidade não tinha transportes e ele levou o carro, eu vi-me sem nada. Foi então que um casal de amigos que já vivia em Portugal me convidou. Vendi os restos dos móveis, comprei as passagens e saí do Brasil no dia 13 de dezembro de 2023 com a minha filha de 15 anos, deixando a minha filha mais velha e o meu neto num apartamento arrendado no Brasil. A intenção era tentar devolver a minha dignidade psicológica como mulher e recomeçar. O objetivo inicial era passar um tempo temporário, mas, se as coisas caminhassem para o bem, a intenção era ficar, estabilizar e, com o tempo, levar a minha filha mais velha também […].

E: Como descreveria a sua chegada a Portugal?

A: Eu fui totalmente despreparada, cheguei no inverno, em dezembro, com apenas duas malas de 10 kg e sem roupa de frio, nem cobertores. Trouxe 5000 reais, o que deu cerca de 900 euros. Fui morar com esse casal de amigos, que eu conhecia do Brasil há quase 10 anos, para o Carregado, em Alenquer. Para mim foi um choque: o quarto tinha apenas uma cama de solteiro e um sofá, a casa era muito suja e nós acordávamos à noite com baratas a andar em cima de nós. A minha filha já foi adoecendo logo ali.

Apesar de serem meus amigos, a primeira coisa que o homem fez quando cheguei foi cobrar-me 300 euros de renda. Pior do que isso, descobri que eles viviam numa situação de violência doméstica e mentiras. A mulher confessou-me que tinha vindo para Portugal com documentos falsos, que era uma "segunda esposa" arranjada desde os 10 anos de idade e que era violada e espancada […] O ambiente era tão tóxico que o homem quis até arranjar um casamento forçado para a minha filha de 15 anos. Eu tive de me impor, gritar com ele e dizer que eu era brasileira, que não participava daquela cultura e que a minha filha era uma criança. […] Acabei por sair daquela casa ao fim de apenas 24 dias.

Para piorar, eu confiei nesse homem para ser o meu representante fiscal. Paguei-lhe 120 euros nos primeiros dias para ele me tratar da Manifestação de Interesse e dos documentos, mas ele roubou-me […] Levou 3 a 4 meses só para me entregar o NIF e o NISS, e nunca deu entrada na minha Manifestação de Interesse. Isso complicou tudo, porque fiquei de mãos atadas, sem poder procurar um emprego com contrato numa empresa ou num armazém para ter segurança e comprovar subsistência, tudo porque o bendito representante não fez o que prometeu […].

E: E para onde foi viver a seguir? Como foi a sua experiência laboral?

A: Através de uma portuguesa que conheci, fui morar para o sótão de um lar de idosos em Vila Franca de Xira. Fiquei lá 8 meses. O sótão era muito apertado, eu e a minha filha andávamos encurvadas e passávamos muito calor […] Eles cederam duas camas de campismo de dobrar, o que me começou a dar muitas dores nas costas. Em troca do alojamento… eu fiquei muito refém deles. Eu trabalhava direto em horários rotativos, sem folgas. Se faltava alguém, era eu que tinha que cobrir, inclusive nos eventos que eles faziam ao fim de semana numa quinta, tudo de graça.

O meu ordenado era pago às prestações, sempre atrasado. Eles diziam que eu não tinha gastos porque morava lá, mas a minha filha não se habituou à comida do lar nem da escola. Como não me sobrava dinheiro, eu não conseguia comprar comida para ela. Houve alturas, a meio do mês, em que não tínhamos rigorosamente nada. Teve dias em que a gente dormia sem comer, desesperadas. Eu emagreci quase 10 quilos em 8 meses e a minha filha ficou extremamente depressiva, fechada e sem sair para nada.

Depois, consegui alugar um apartamento por 800 euros a dividir com uma amiga e mudei de emprego através de uma agência. Fui trabalhar para a zona de Alvalade, a cuidar de um médico aposentado de 99 anos. O idoso era muito bom, humano, amoroso e generoso, ensinou-me bastante. O problema era o filho dele, um homem de 50 anos, que eu descrevo como um fascista, um soldadinho de Salazar. O apartamento cheirava a maconha todos os dias, e a dependência química deixava-o agressivo. Ele era uma pessoa ruim de alma e espírito […] Eu praticamente não podia comer naquela casa, quase não podia usar o banheiro. Ele atribuía-me falhas, humilhava-me e a briga dele era apenas porque eu era imigrante. Ele queria que eu me sentisse uma escrava, mas eu enfrentei-o: "Eu não sou empregada, não sou criada ou até uma escrava, sou uma colaboradora, esses termos já não se usam". Sentia-me sem proteção legal nenhuma contra o racismo e a xenofobia, o meu único respaldo era o facto de o pai dele gostar muito de mim.

E: […] Houve algum momento de viragem em que decidiu que tinha definitivamente de voltar ao Brasil?

A: A gota de água foi a minha filha. Ela não melhorava psicologicamente e a escola em Vila Franca de Xira não ajudava. Logo na primeira semana de aulas, ela começou a sofrer todos os tipos de abuso por parte de alunos e até de profissionais. Sofreu bullying, racismo, xenofobia – chamavam-lhe nomes pejorativos e diziam-lhe "volta para a tua terra" ou mandavam-na calar a boca. O pior aconteceu no intervalo, quando um aluno do 2º ou 3º ano passou a mão por cima da roupa dela e tocou-lhe nas partes íntimas. A minha filha ficou em choque […] Quando eu fui à escola relatar as agressões e pedir ajuda, a diretora de turma foi extremamente cruel. Ela revirava os olhos enquanto eu falava, chamou-me de mentirosa e disse-me: "Você não é cidadã portuguesa, você não tem direito aos professores". Eles invalidaram todo o sentimento da minha filha e, como retaliação

por eu ter exposto a situação, a diretora denunciou-me à CPCJ. A minha filha entrou em pânico e disse: "Mãe, agora eles vão tirar eu de você, eu não vou para a escola amanhã".

Nesse momento, percebi que estava amordaçada. Eu não conseguia regularizar os documentos, não conseguia abrir atividade nas Finanças para passar recibos verdes porque me exigiam a Manifestação de Interesse […] e por isso perdi uma vaga de emprego numa fábrica em Azambuja. Estavam a tirar-me o direito a trabalhar e o direito da minha filha a ter acesso à educação sem abusos. Fiquei encurralada, sem rede de apoio, e disse: "Eu vou regressar".

E: Como encontrou a OIM e como decorreu o processo de apoio ao retorno?

A: Eu pesquisei tudo na internet, procurei por organizações de ajuda a imigrantes e encontrei a OIM e o projeto. Mandei e-mail a explicar a minha situação e fui presencialmente ao escritório […] Expliquei que não tinha recursos e que, se fosse juntar dinheiro sozinha, ia demorar muito tempo, enquanto a minha filha estava em risco. Entretanto, a CPCJ notificou-me e eu fui lá explicar a verdade […].

Eu pedi à minha filha para aguentar só mais um pouco enquanto o processo andava. Quando a OIM me comunicou a data e comprou as passagens, foi o maior alívio do mundo. Eu disse: "Meu Deus do céu, graças a Deus!". Só antes de embarcar é que notifiquei a escola e o núcleo de educação de que íamos embora, porque tinha medo que tentassem fazer alguma coisa.

E: Como foi a chegada ao Brasil? E como está a correr o seu projeto de reintegração com a OIM?

A: A emoção foi outra, foi um alívio enorme. A minha família recebeu-nos de braços abertos, eles nem sabiam de metade do que nós tínhamos passado porque eu não queria preocupá-los. Em relação ao projeto da OIM, tive uma reunião com a representante, a Cláudia, e a minha proposta foi aprovada […] O projeto é para abrir o meu próprio negócio na área do empreendedorismo e beleza. Vou especializar-me e fazer cursos de depilação, design e reconstrução de sobrancelha, limpeza de pele e micro labial. A ideia é usar o financiamento para montar um espaço, possivelmente convertendo uma sala do meu próprio apartamento, para começar a receber clientes e ter a minha independência financeira. Estou a aguardar que o recurso financeiro caia na conta para arrancar […] estou à procura de um estágio de meio período e decidi retomar os meus estudos na

faculdade de Serviço Social à distância. Como sofri na pele a falta de acolhimento e de orientação em Portugal, vi o quanto é importante sabermos receber e estruturar os imigrantes. Quero usar a minha experiência para retribuir e ajudar os imigrantes que chegam ao meu país.

[…] a minha filha fez uma prova e ingressou numa escola militar no Brasil […] Ela obteve equivalência ao Ensino Médio, acorda de manhã super empolgada para ir estudar e já não tem aquele medo constante. Inscrevi-a no voleibol num projeto municipal, que aqui é totalmente gratuito, e ela ama. Além disso, o Governo do Brasil tem um programa de incentivo financeiro para estudantes do Ensino Médio não abandonarem a escola […].

E: O que diria à Ana de 2023 quando tomou a decisão de emigrar?

A: Foi uma evolução tremenda como mulher e como pessoa. O maior choque é estar longe da zona de conforto, longe da família e perder o crescimento dos netos – não há moeda que pague isso. A Ana de hoje leva muito mais em consideração a importância de preservar a família e de estarmos juntos […] Financeiramente não foi bom, não juntei o dinheiro que planeei, mas foi uma lição espiritual e psicológica muito forte. Precisava desse tempo para reestruturar a minha identidade, para voltar de cabeça erguida e conseguir perdoar o passado, algo que antes de emigrar eu não conseguia. Hoje sinto-me uma mulher em evolução para melhor […].

E: Voltar a Portugal é uma possibilidade para si?

A: Por incrível que pareça, eu voltaria a Portugal, não para viver a mesma ilusão, mas talvez para trabalhar num projeto social, para partilhar a minha história e ajudar outros imigrantes e locais. O projeto da OIM salvou a minha vida e a da minha filha. O meu grande desejo é que os portugueses também ganhem consciência, se libertem dos paradigmas e preconceitos. Que o 25 de Abril venha a valer no literal para todos, não só para os portugueses, mas para os imigrantes, e que ninguém mais tenha de viver amordaçado e acorrentado como nós vivemos […].